

CEDI - P. I. B.
DATA 31 / 12 / 86
COD. J1D00078

V ASSEMBLEIA GERAL
DO
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI

ITAICI, 25-29 DE JULHO DE 1983

RELATÓRIOS

DOS

REGIONAIS

ASSEMBLÉIA NACIONAL 1983
AVALIAÇÃO DA CAMINHADA DO CIMI (1978-1983)
CIMI - LESTE

Eixo: Autodeterminação dos Povos Indígenas

I - O Cimi iniciou suas atividades na região Leste a partir de um levantamento realizado no início do ano de 1978. Este levantamento mostrou um quadro desolador ; resultado de 478 anos de dominação da sociedade nacional sobre os povos indígenas da região. O quadro deste levantamento pode ser assim resumido:

a - Tupinikim:

- terra totalmente ocupada pelos eucaliptos e pela fábrica da Aracruz Celulose S/A no final dos anos 60 com o apoio dos governos estadual e federal (a fábrica de celulose foi inaugurada em 1978 pelo então Presidente Geisel e em 1981 visitado pelo Presidente Figueiredo e vários ministros de Estado);

- os índios resistiram a instalação da empresa em seu território mas foram impedidos pela Funai e até citados pelo órgão como o 1º grupo apto a ser emancipado;

- com a destruição das matas e plantio do eucalipto desapareceu a caça. Impedidos de fazerem roças subsistiam da pesca e do trabalho assalariado na empresa;

- nunca tiveram qualquer assistência do SPI ou da Funai (até 1979);

- aumento da mestiçagem e da descaracterização cultural devido a invasão da aldeia por posseiros atraídos com a instalação da empresa.

b - Guarani:

- embora não sejam nativos da região mantem há anos vínculos com os Tupinikim, além do elevado grau de adaptação ao habitat litorâneo do ES;

- resistiram junto aos Tupinikim à invasão das terras mas em 1972 foram transferidos pela Funai para a Fazenda Guarani (MG) onde o órgão mantinha uma colônia penal para índios de todo o país. Nesta fazenda ficaram apenas 4 anos e neste período deixaram de realizar suas práticas religiosas, além de contribuir para a dispersão do grupo. Voltaram ao ES para a aldeia-povoado de Caieiras Velhas, onde pagavam aluguel, não faziam roças e entregues ao alcoolismo.

c - Krenak:

- em 1920 receberam 1000 alqueires do governo do Estado de Minas Gerais. Em 1972 suas terras estavam quase totalmente ocupadas por fazendeiros, a exceção de apenas 13 alqueires;

- em 1969 a área transformada em "Reformatório Agrícola Indígena" para índios de todo o país; ficando os Krenak "confinados" em sua própria terra.

- sofreram duas transferências por pressões dos fazendeiros da região. Em 1958 o SPI os transferiu para a área dos Maxakali de onde retornaram a pé um ano depois; em 1972 a Funai os transferiu para a Fazenda Guarani, onde permaneceram oito anos. Neste período de exílio, convivendo com índios de várias partes do país sob a condição de "confinados" deixaram de se comunicar na língua materna além de sofrerem outros choques culturais. Ambas as transferências causaram a dispersão do grupo para áreas indígenas de SP, MS e MT.

d - Maxakali:

- é um grupo com características ainda marcantes de uma vida semi-nômade, cercados por fazendas de gado em uma área de apenas 3 mil hectares, enfrentando sozinho a pressão dos latifundiários da região;

- todos os índios falam e se comunicam em Maxakali, sendo poucos aqueles que falam um português razoável. Mantem seus mitos, rituais e costumes; estão em constantes atritos com a população envolvente (portugueses); mantêm distância de outros povos indígenas devido a memória ainda viva de lutas inter-tribais;

- sem nenhuma assistência da Funai, numa área sem mata e portanto sem caça e sem pesca vivem basicamente da venda do artesanato e do abate de rês nas fazendas vizinhas;

- problemas sérios de subnutrição, brigas internas e com a população envolvente agravadas devido ao alcoolismo generalizado na aldeia;

- pelo menos na área demarcada oficialmente não há invasores e não aceitam que deixaram de ser donos de áreas fora da demarcação.

e - Xakriabá:

- em 1728 receberam doação da terra, registrada em 1856;

- 1966 a 1976 uma grande seca assola a região; índios se dispersam, principalmente para São Paulo. É acelerada a invasão de suas terras por grandes fazendeiros do norte de Minas.

- 1976 inicia a resistência dos índios o que provocou choques armados entre índios e fazendeiros com a intervenção da Polícia Militar, DOPS e Polícia Federal;

- 1978 área quase toda toda invadida e sem a presença da Funai.

f- Pataxó:

- conflito latente entre os índios e IBDF pelo direito de 24.500 hectares que compõe o Parque Florestal de Monte Pascoal, cuja demarcação, no ano de 1961, deslocou os Pataxó que habitam naquele lugar pelo menos a partir do final do século passado;

- grande nº de famílias indígenas dispersas pela região, fruto da insegurança quanto à posse da terra, e do incidente ocorrido em 1951 quando a aldeia de Barra Velha foi invadida e arrasada pela Polícia Militar;

- subsistência retirada principalmente da venda do artesanato. Nos últimos anos conseguiram ocupar 14 mil hectares da área do parque.

g - Hãhãhãe:

- toda a área de 36 mil hectares, demarcada em 1926, ocupada por grandes fazendeiros de cacau e gado. Os índios dispersos pelas fazendas da região ou em outras áreas indígenas como Barra Velha, Maxakali e Fazenda Guarani. Algumas famílias ainda resistiam na sede do PI Caramuru ou mantendo uma pequena posse dentro da área;

- em 1978 o então Governador da Bahia Roberto Santos expediu títulos de propriedade a alguns fazendeiros. Neste mesmo ano a Funai tentou demarcar uma área de 13 mil hectares mas foi impedida pelos fazendeiros.

É importante acrescentar a este quadro que a presença da FUNAI, como órgão responsável pelo indigenismo oficial, se dava apenas na Fazenda Guarani, onde manteve oficialmente até o ano de 1974 e às escondidas até 1979, uma Colônia Penal para índios de várias partes do país. As outras áreas, até o ano de 1978 estavam totalmente desassistidas pela FUNAI e os índios entregues à própria sorte e em conflitos com a população envolvente. Da parte das Igrejas locais, estas em sua maioria desconheciam a existência de índios em suas dioceses e paróquias; outras sabiam da existência mas não tinham qualquer tipo de presença junto a eles.

II - Caminhada dos Povos Indígenas a partir da presença do CIMI na Região Leste:

a - Tupinikim:

1979 - retomada da resistência. Ações mais organizadas e diretivas para a recuperação das terras. Iniciou com a ocupação de uma faixa de terra onde não havia sido plantado o eucalipto; delimitação de 3 áreas e instalação de um posto da Funai em Caieiras Velhas; crescimento da organização interna com eleição de 1 cacique e 1 conselho tribal;

1980 - demarcação das 3 áreas pelos próprios índios com a ajuda dos Guarani; discernimento do verdadeiro invasor da área (Aracruz Celulose), diminuindo e até cessando temporariamente os conflitos com os posseiros de Caieiras Velhas, vítimas também da empresa; ocupação dos prédios da escola e do posto médico da prefeitura para uso próprio; expulsão de 3 chefes de postos da Funai que tentaram deter a luta pela reconquista da terra; reafirmação da identidade étnica; relativa compreensão da problemática indígena e da questão da terra a nível nacional (contribuíram para isso as assembleias indígenas, boletins e jornais, visitas às CEBs, contato com a imprensa, com parlamentares...)

1981 - na gestão do Cel. Nobre da Veiga, a Funai redemarcou oficialmente as 3 áreas. Neste aspecto houve vitórias, mas surgiram momentos de retratação da luta ao aceitarem um acordo imposto pela Funai no sentido de reduzir as áreas em trocas de projetos econômicos. Por causa disso houve atritos com os Guarani, seus antigos aliados, bem como com os missionários do CIMI.

1981 a 1983 - roças comunitárias geridas pelos próprios índios e a expulsão de alguns posseiros.

1983 - repúdio organizado das tentativas da Funai de emancipá-los através da aplicação dos critérios de indianidade; superação dos problemas surgidos com os Guarani e com o CIMI.

b - Guarani:

- participaram de todo o processo de recuperação das terras junto com os Tupinikim. Recusaram estabelecer qualquer acordo com a Aracruz Celulose, mesmo sob pressão da Funai e a incompreensão dos Tupinikim; reconstrução da aldeia e reorganização da vida tribal; assumiram durante determinado período as reuniões entre os diversos grupos Guarani de SP, PR, RS e MS.

c - Krenak:

1979 - o descontentamento com a Fazenda Guarani começa a estrapolar os limites da Fazenda. Foram várias vezes à Brasília exigir a volta para suas terras de origem no vale do Rio Doce.

1980 - voltam às suas terras às escondidas da Funai, mas com forte apoio da sociedade nacional.

1980 a 1983 - recuperação dos 13 alqueires que detinham em 1972 e a retomada de uma área ocupada por um dos fazendeiros. Por diversas vezes estiveram na eminência de serem novamente expulsos, sustados sempre devido a firme determinação de só saírem mortos da terra.

d - Maxakali:

1978 a 1979 - recrudescimento das pressões dos fazendeiros para a expulsão dos índios para outra região do país, ou pelo menos para que eles fiquem restritos à área demarcada.

1980 - início do PDI-A (Projeto de Desenvolvimento Integração e Assimilação) elaborado e executado pela Univerdidade de Juiz de Fora: adoção de uma moeda interna condicionando a subsistência do Maxakali à sua produção e aos produtos da cantina da Funai, redução dos períodos rituais, desativação de várias aldeias atraindo os índios para o posto da Funai, uso de cartilhas que introduzem conceitos alheios a sua cultura, permissão para posseiros se instalarem na aldeia de Água Boa.

O resultado pretendido pelo PDI-A não difere muito do desejado pelos fazendeiros. É até mais eficiente na medida que procura quebrar a resistência do Maxakali destruindo-os sutilmente por dentro. Os índios reagem intuitivamente demonstrando grande resistência a tudo aquilo que altera seu ritmo de vida, razão pela qual apostamos no fracasso do PDI-A. Os Maxakali continuam defendendo suas terras; promovem sabotagens nas fazendas visitadas pela Funai; começam a sair da aldeia para fazerem denúncias na imprensa ou diretamente à presidência da Funai e para visitar outros grupos indígenas da região.

e - Xakriabá:

- Em 1979 a área foi demarcada mas não foram retirados os invasores que continuam aumentando suas posses com violência. No ano passado a Funai tentou aplicar-lhes os critérios de indianidade, sustados após as denúncias do CIMI.

Neste grupo não há presença do CIMI, por opção da Diocese de Januária.

f - Pataxó:

1980 - demarcação oficial da área. Apesar de pôr fim aos conflitos constantes com os guardas florestais do IBDF, a demarcação da área foi prejudicial aos índios. O Cel. Nobre da Veiga pressionou e subornou o cacique Tururim e o capitão Alfredo a aceitarem um acordo com o IBDF no qual ficou reservado aos índios apenas 8000 hectares. Cerca de 50 famílias indígenas foram retiradas de suas posses e indenizadas sob a forma de caderneta de poupança. A comunidade se revoltou mas a ação repressiva da Funai impediu qualquer reação organizada dos índios ao acordo. A destituição do cacique e do capitão pela comunidade só se concretizou meses depois quando já não oferecia riscos para a Funai.

g - Hãhãhãe:

1982

maio - ocupação da Fazenda São Lucas pelos índios aldeados na Faz. Guarani, apoiados pela Funai e Polícia Federal. Em pouco tempo se concentraram na fazenda e nas proximidades cerca de mil índios Hãhãhãe. Imediatamente inicia a reação dos fazendeiros e do Governo do Estado da Bahia.

junho - A Funai tenta transferir os índios para outras áreas, cedendo às pressões dos latifundiários. Os índios rejeitam todas as áreas propostas.

setembro - Funai propõe na justiça Federal em audiência com o Gov. da Bahia e fazendeiros que os índios fiquem com apenas 6.500 dos 36 mil hectares. Índios e fazendeiros rejeitam o acordo. Funai pressiona os índios para aceitarem a transferência para a Fazenda Almada de propriedade do Governo do Estado da Bahia. Alega que a transferência será temporária, ou seja até depois das eleições para não prejudicar o PDS baiano. Ameaça retirar a assistência e a Polícia Federal da área caso não aceitem a transferência. Cimi e entidades de apoio acionam a justiça contra a Funai.

outubro - transferência de 270 índios para a Faz. Almada. Cerca de 86 índios resistem a transferência. A Xla. delegacia da Funai é afastada da área que passa para as mãos do CSN (Conselho de Segurança Nacional).

Novembro - Os índios que permanecem na área entram na justiça com um mandato de segurança contra a transferência da Funai.

Dezembro - A Juíza Ana Maria Pimentel Tristão ordena à Funai que retorne com os Pataxó de Almada para o PI Paraguassú. Três dias depois o Governo da Bahia consegue a cassação da liminar da juíza, mas os índios já regressaram ao PI Paraguassú. A Funai ingressa na justiça com um "interdito proibitório".

1983

janeiro - Juiz concede o "interdito proibitório" pedido pela Funai. Os índios ficam no PI Paraguassú à espera do julgamento da "Ação Declaratória de Nulidades dos Títulos" expedidos pelo Estado da Bahia aos fazendeiros.

A permanência dos Hãhãhãe em suas terras na Bahia foi possível devido a três fatores importantes:

1º - foi a concessão da liminar pela Juíza Ana Maria Pimentel Tristão ao mandato de segurança impetrado pelos índios contra o Presidente da Funai.

2º - foi a morte de uma criança Hãhãhãe em Almada o que apressou a volta para o PI Paraguassú. A volta foi auxiliada por integrantes da antiga SBI (Sociedade Brasileira de Indigenismo).

3º - foi a resistência das famílias que permaneceram no PI Paraguassú.

III - Como Temos Contribuído para a Caminhada dos Povos Indígenas

acompanhamento sistemático das comunidades indígenas, através de equipes locais liberadas para a pastoral indigenista (exceção para os Xakriabá);

. apoio as lutas indígenas através de denúncias na imprensa, assessoria jurídica; (exceção dos Xakriabá e Pataxó);

. sensibilização da Igreja e conscientização da população envolvente, principalmente das CEBs e movimento popular, buscando solidariedade para as lutas indígenas (à exceção dos Xakriabá). Os Krenak receberam solidariedade e apoio através da Diocese de Teófilo Otoni);

. organização e incentivo às assembléias indígenas a nível regional e nacional; colaboração na organização das reuniões Guarani; curso sobre " como funciona a nossa sociedade" (Krenac, Guarani); incentivo às visitas inter-tribais (Tupinikim, Krenac, Maxakali, Guarani);

. ajuda com projetos econômicos que contribua para uma relativa independência dos índios perante à Funai, bem como incentivo a ocupação de suas terras (Krenak, Tupinikim, Guarani);

. incentivo à reafirmação da identidade étnica (Tupinikim, Krenak) e à realização de rituais religiosos (Guarani).

IV - Falhas e Dificuldades

- a -
- pouco comprometimento de algumas igrejas locais
 - falta de pessoal liberado;
 - falta de capacitação científica, antropológica e pedagógica dos agentes de pastoral;
 - presença da Funai impedindo nossa atuação junto aos índios (Maxakali, Pataxó, Hãhãhãe); Presença da Polícia Federal (Hãhãhãe). Justamente nestas áreas a Funai desenvolve projetos desenvolvimentistas mantidos com uma ação repressiva.
 - organização indígena a nível regional ainda é precária.

CIMI - SUL

I - SINAIS DE AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO:

1- POVO KAINGANG:

1.1. Consciência étnica e recuperação cultural:

- gradativa auto-afirmação, como povo, frente à sociedade nacional;
- realização do KIKI no P.I. Xaçecó, em 76 e 82, mais visivelmente quando fizeram por sua própria conta e risco;
- ação de lideranças e grupos, no sentido de que os jovens conheçam e assumam sua raiz cultural.

1.2. Consciência política e reorganização política interna:

- Nonoai, RS, 1977 (em vista da expulsão dos colonos da área)
- Chimbangue, SC, 1982 (em vista da recuperação de sua terra)
- P.I. Xaçecó, Aldeia do Pinhalzinho, 1979: Projeto de lavouras.

1.3. Recuperação ou preservação das terras e riquezas naturais:

- P.I. Mangueirinha, PR, 1977: Índios fecharam a serraria da Funai.
- P.I. Mangueirinha, PR: esforço da comunidade para a recuperação das terras griladas pelo Estado, independentemente do processo judicial.
- P.I. Nonoai, RS, 1978: recuperação das terras pela expulsão dos colonos.
- P.I. Palmas, PR, 1982: Índios expulsaram o cacique e o Chefe do Posto por causa do roubo de madeira.
- Chimbangue, SC: resistência e esforço do grupo para recuperar suas terras, atualmente ocupadas por colonos.
- Rio da Várzea, RS: resistência do grupo às pressões do Estado que quer expulsá-los do Parque Florestal, grilado da área de Nonoai.

1.4. "Libertação" da Funai:

- expulsão do Chefe do Posto (João F. Mader) no P.I. Xaçecó, em 1979 , como rompimento com a fase mais repressiva da FUNAI.
- em algumas áreas, os índios não pedem mais autorização (Portaria) ao Chefe do Posto, para poderem viajar.

2- POVO GUARANI:

2.1. Consciência étnica e preservação e recuperação cultural:

- geralmente, os grupos Guarani moram em locais de difícil acesso ou, pelo menos, em locais mais afastados.
- todos falam a língua.

- maior resistência às escolas.
- maior resistência à Funai (e a nós?)
- manutenção da religião tradicional (tribal).
- reuniões Guarani.

2.2. Consciência política e reorganização política interna:

- Ocoí, PR, 81-82: na luta pela terra (alagada pela Itaipu) houve apoio de líderes de outros grupos (Antônio Branco, Marçal, Carlos).

- Itariri, SP, 1981: início da demarcação (embargada por pistoleiros) com participação e apoio de outras aldeias (Ocoí-Jacutinga, Ubatuba, Caieiras Velhas, Barragem).

- Silveira, SP, 1982: na luta pela terra houve participação e apoio das aldeias de Ubatuba, Rio Branco e Barragem.

- reuniões Guarani.

2.3. Recuperação ou preservação das terras e riquezas naturais:

- P.I. Bananal, SP: expulsão do "espanhol", invasor da área.

- Ocoí, PR.

- P.I. Rio das Cobras, PR: expulsão dos colonos, em 1978.

- Silveira, SP.

- Itariri, SP, 1981: início da demarcação.

2.4. "Libertação" da Funai:

- Ocoí (?), PR.

II - SINAIS DE DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO

1- POVO KAINGANG:

1.1. Dependência Econômica: existe em todas as áreas.

- Projetos da FUNAI.
- Cooperativa (dos colonos): financiamentos e empréstimos.
- Bodegueiros: dependência e exploração dos índios.
- Índios são usados como mão-de-obra pelos colonos e granjeiros

1.2. Dependência e dominação política e ideológica:

- Funai, em toda sua conjuntura.
- Escolas da FUNAI/SUMMER.
- Escolas dos brancos.
- Sociedade envolvente
- Igrejas: Pentecostais, Luterana. Católica.

1.3. Dependência cultural e religiosa:

- desestruturação do sistema religioso tribal.
- Catolicismo popular.
- Religiões pentecostais.

1.4. Desorganização política interna:

- Presença da FUNAI.
- Nomeação de lideranças pela FUNAI.
- Assalariamento das lideranças indígenas pela FUNAI, com a consequente divisão e formação de classes sociais dentro das áreas.

2. POVO GUARANI:

2.1. Dependência Econômica:

- Projetos da FUNAI.
- Projetos do CTI.
- Venda de artesanato e palmito.
- Passagens para viagens - reuniões Guarani.
- Ocoí - Índios dependem da Itaipu.

2.2. Dependência e dominação política e ideológica:

- FUNAI corrompe lideranças (ex.: P.I. Bananal, SP).
- Polícia da UNI: "promoção" de falsas lideranças (Manequinho).
- Projetos do CTI.

2.3. Dependência cultural e religiosa:

- Ocoí: presença colonialista do Pa. Fabiano SVD.
- Presença de Igrejas Pentecostais.
- Equipes de Saúde.

2.4. Desorganização política interna:

- UNI: dá "status" aos que falam português. Os velhos ficam relegados a segundo plano.
- FUNAI: corrupção de lideranças; divisões internas; desenvolvimentismo; escolas; etc...
- Presença das Igrejas.
- Ocoí: Itaipu e FUNAI provocam divisões internas; desenvolvimentismo.
- Elementos causadores de discórdias (com formação externa), que suprem a necessidade de "ponte" do grupo com a sociedade do branco, mas acabam envolvidos porque não tem consciência étnica e crítica.

III - EM QUE ASPECTOS O TRABALHO DO CIMI CONTRIBUIU PARA A
AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO?

- Reforço das lideranças pelas Assembléias Indígenas.
- Apoio jurídico: Chibangue (SC).
- Mobilização de segmentos da sociedade nacional em apoio à causa indígena.
- Ação do CIMI ajudou a romper o isolamento das comunidades pelas reuniões inter-grupais.

- Apoio na reorganização do Chibangue (SC).
- Trabalho de discussão política.
- Incentivo à prática do KIKI (povo Kaingang).
- Incentivo à conservação da língua.
- Ajuda econômica (projetos): visam a auto-suficiência econômica.

IV - EM QUE ASPECTOS O TRABALHO DO CIMI FAVORECEU A DEPENDÊNCIA
E/OU DOMINAÇÃO ?

- Projetos Econômicos.
- Aos missionários falta clareza e profundidade. A dominação mais forte que pesa sobre os povos indígenas é a dominação ideológica.

V - QUAIS AS PRINCIPAIS FALHAS E DIFICULDADES DO CIMI, QUE
PREJUDICAM O TRABALHO DE APOIO À AUTODETERMINAÇÃO?

- Falta de capacitação científica: Política, Antropológica, Pedagógica...
- Falta de pessoal liberado.
- Burocratismo.
- Ufanismo.
- Dificuldade de autocrítica.
- CIMI vacilante com relação à política oficial.
- Falta capacidade de previsão (procuramos consertar depois que os problemas já explodiram).

CIMI - MATO GROSSO DO SUL

SOCIEDADE POLÍTICA

<u>ESTADO</u>	<u>FUNAI</u>
77- Criação do Estado de MS	76- Iº Encontro Indig. "Índios-Funai e Igreja" - Aquidauana
78- Elaboração de Projeto de colaboração FUNAI-Estado do MS	77-78 Renovação dos contratos de arrendamento da área Kadiwêu
80- Iº Seminário de Estudos Indigenistas promovido pela Universidade Federal, Estado do MS, com participação de 60 representantes indígenas (Estadualização)	<p>77- II Encontro Indig. "Índios-FUNAI e Igreja" - Dourados</p> <p>78- Elaboração de Proj. de colaboração FUNAI-Estado MS</p> <p>78- III Encontro Indig. "Índios-FUNAI e Igreja" - Aquidauana</p> <p>78- FUNAI transfere novamente Índios do Rancho Jacaré para Bodoquena</p> <p>78- FUNAI transfere remanescentes Ofaiet para Bodoquena</p> <p>80- FUNAI transfere Índios da Fazenda Paraguassú para P.I. Amambai</p> <p>81- FUNAI proíbe trabalho missionário da Diocese de Dourados</p> <p>81- Exército efetua nova demarcação da Reserva Kadiwêu</p> <p>82-83 Demarcação de 2 áreas indígenas.: 700 e 900 hectares no Rancho Jacaré Fazenda Maciel Cué. (Região de Dourados)</p>

P O V O S I N D Í G E N A S

T E R R A	A S S E M B L É I A S
<p>77- Faz. Mate-Laranjeiras obriga comunidade do Rancho Jacaré deixar a área e joga-os no Paraguai.</p> <p>78- FUNAI TRANSFERE NOVAMENTE comunidade do Rancho Jacaré para Bodoquena</p> <p>79- Comunidade do Rancho Jacaré retorna por decisão própria e retoma sua terra.</p> <p>80- Aldeia Piracua reivindica demarcação de 1.600 ha. na Faz. Serra Brava.</p> <p>82- Índios Kadiwêu pressionam posseiros de sua terra.</p> <p>82- Demarcação de 2 áreas indígenas de 700 e 900 ha. - Rancho Jacaré.</p> <p>83- Dois posseiros são mortos em Bodoquena.</p>	<p>79- Ia. reunião de líderes Guarani-Kayová na aldeia de Pirajui. Seguiram-se reuniões idênticas a cada 3 meses em diversas aldeias (Ramada, Porto Lindo, Dourados, Taquary, Carapó).</p> <p>80- Encontro de 60 representantes indígenas do MS - Campo Grande.</p> <p>81- Semana do Índio- reunião de representantes indígenas de 10 aldeias Guarani-Kayová e 2 aldeias Terena-Dourados - MS.</p> <p>81- Assembléia Geral da UNI</p> <p>81- Reunião para org. da UNI</p> <p>82- Reunião de 11 lideranças Terena em Aquidauana com participação de Guarani e Kayová.</p>
A U T O D E T E R M I N A Ç Ã O	
<p>79- Comunidade do Rancho Jacaré retorna por decisão própria e retoma sua terra.</p> <p>79- Atropelamento de 1 menino índio na estrada Dourados-Itaporã. Índios interditam a rodovia.</p> <p>79- Ia. Reunião de líderes Guarani Kayová - aldeia Pirajui.</p> <p>81- Comunidade da Faz. Paraguassú procura retornar à sua terra.</p> <p>81- Assembléia Geral da UNI</p> <p>81- Reunião para organização da UNI</p> <p>82- Reunião de lideranças Terena com participação de Guarani e Kayová em Aquidauana.</p> <p>82- Kadiwêu pressionam posseiros de sua área.</p>	

S O C I E D A D E C I V I L

I G R E J A	G R U P O S D E A P O I O
75- 1º Encontro Regional de Pastoral Indigenista - Aquidauana - MS.	82- Surge Grupo de Apoio em Campo Grande - MS.
77- Encontro Indigenista com participação de Índios, representantes de FUNAI, Missões e Igreja - Dourados -MS.	
78- Encontro Indigenista -FUNAI, Missões em Aquidauana - MS.	
78- Cinquentenário da Missão Kayová; Fundação do Instituto Teológico Indígena da Igreja Presbiteriana Dourados - MS.	
78- Ia. Assembléia de Pastoral Indigenista do Regional MS - Campo Grande.	
79- Curso de Indigenismo em Dourados	
79- IIa. Assembléia Regional de Pastoral Indigenista. Organização Oficial do Regional CIMI - MS	
80- IIIa. Assembléia Regional de Pastoral Indigenista - Campo Grande	
80- Igreja denuncia transferência da Comunidade Kayová da Faz. Para - guassú.	
81- FUNAI proíbe trabalho missionário da Diocese de Dourados e Jardim.	
81- Iº Encontro de Pastoral Indigenista da Diocese de Dourados.	
81- Iº Encontro de dirigentes de culto e catequistas Terena em Aquidauana.	
82- Semana do Índio: reunião de Índios, culto ecumênico e palestras nas escolas.	
82- Diocese de Dourados denuncia prisão e tortura de 2 chefes indígenas da aldeia de Amambai.	
83- Apelo da Igreja de MS e MT em favor dos Índios na IIIa. Assembléia da CNBB Extremo Oeste.	

CIMI - NORTE II

As linhas de Ação Pastoral escolhidas pelo CIMI na 1a. Assembléia Nacional e confirmada nas seguintes, são uma resposta à situação dos povos indígenas. Queremos basear nossa avaliação nestas linhas enfatizando:

- A participação dos índios (AUTODETERMINAÇÃO)
- A contribuição do CIMI neste processo (AVALIAÇÃO)

Esta parte é análise e interpretação ~~dos dados coletados no esquema~~ "Periodização da história da Igreja", fornecido pelo CIMI Nacional.

Complementando esta análise acompanha uma história da atuação do CIMI em que salientamos a estreita ligação com a Igreja do Regional, as atividades junto à sociedade envolvente, o relacionamento com a FUNAI.

1- RESUMO DA SITUAÇÃO EM 1972

a- Terra: em 1972 não existia nenhuma reserva indígena definitivamente demarcada. O começo da década de 70 viu a construção da Transamazônica com a penetração na terra dos PARAKANÁ, ARARA, e em seguida as grandes barragens entre elas a hidrelétrica de Tucuruí.

O começo da Perimetral Norte determinou a penetração no território OYAMPÍI.

Os PARAKANÁ foram atraídos em 74, 76 e 83; os ARARA em 81 e os OYAMPÍI em 76.

Desde 73 assistimos à invasão maciça da terra Tembê por parte de fazendeiros e posseiros.

Esta década viu também a abertura de garimpos na terra KAYAPÓ, OYAMPÍI e MUNDURUKU.

O ano de 80 viu a abertura da rodovia BR 156 atravessando a reserva dos KARIPUNA, GALIBI e PALIKUR.

Os anos de 81 e 82 viram a implantação dos projetos econômicos da FUNAI em todas as áreas indígenas. Os mesmos continuam em parte em 83.

Atualmente nos defrontamos com o Projeto Carajás e com o "Projeto Ferro Carajás": APOIO às comunidades indígenas (Xikrin, Suruí, Parakanã e Gavião), acompanhando um estudo específico sobre o impacto deste projeto sobre as populações indígenas.

b- Cultura - étnia: Em quase todos os povos de nosso regional a situação no começo dos anos 70 era de transformação rápida rumo à sociedade branca. Chegava-se até negar a própria identidade, renegar ou simplesmente abandonar as tradições e costumes.

c- Língua: abandono progressivo da língua. Valorização dos que falavam português. Escola só de branco em vista de uma integração. Ausência da alfabetização na língua.

d- Autodeterminação: falta da consciência dos próprios valores culturais. Falta de conhecimento dos mecanismos da sociedade envolvente. Dependência quase completa externa (FUNAI, Igreja, FAB), chegando-se até exploração dos produtos e trabalhos indígenas.

e- Sociedade envolvente: cheia de estereótipos quanto aos índios

Igreja: interessada na catequese civilizadora, com excessões.

Antropólogos: interessados em aspectos secundários da cultura a fim de estudo, com exceções.

SINAIS DE AUTODETERMINAÇÃO

2- GALIBI-KARIPUNA-PALIKUR

a- Recuperação ou preservação das terras e riquezas naturais

1975: 1a. Assembléia Nacional e determinação em ter reserva demarcada.

1977-79: estudos, encontros, confrontos para determinar os limites da área.

1979: ameaça de interromper os trabalhos da PLANTEL se não fossem atendidas as reivindicações da comunidade quanto aos limites da área.

Grande festa em Kumarumã pela conclusão da demarcação conforme o desejo da comunidade.

1980: confronto com Governo, Funai, Exército e órgãos federais quanto às exigências para passagem da BR 156 dentro dos limites da reserva.

Vigilância constante sobre os limites da reserva e possíveis invasões.

1983: foi desativada a fazenda de bufalinos do Exército dentro da área, depois de anos de confronto e pressões por parte da comunidade Galibí.

b- Consciência étnica e recuperação cultural:

- afirmação clara de sua identidade frente à sociedade envolvente.

- Orgulho étnico pelas próprias tradições, costumes, trabalhos.

- Recuperação da dança do toré, artesanato.

- Desejo de recuperar a história.

- A firmação clara da própria língua.
- Valorização das lideranças.
- Professores, enfermeiros, administradores Índios.

c- Consciência política e reorganização política interna:

Aumentou muito a visão de conjunto da situação dos povos Índios no Brasil e a consciência da pressão por parte da sociedade dominante. Isto foi devido em boa parte à frequente participação dos representantes de ca da aldeia em assembleias nacionais. As mesmas assembleias motivaram os conta - tos com outros grupos (visita aos Munduruku, Tembê) e o apoio a povos em situa - ção difícil (Tembê, Tapirapé).

Valorização dos Tuxaças e da opinião da tribo frente à Fu nai, Governo e estranhos.

Exemplos:

- Chefe de posto da Funai é convidado a ir embora quando não é de agrado da comunidade.
- Os Karipuna tomaram conta da escola do Governo, e os res - tantes se expressam quanto à idoneidade dos professores de fora.
- Posicionamento quanto a presença do Summer.
- Posicionamento crítico e até troca do tuxaua quando a comu nidade acha oportuno.
- Valorização do conselho tribal, opinião da comunidade, opi - nião das mulheres.
- Posicionamento crítico à respeito das pessoas que atuam na aldeia (Funai, CIMI, técnicos agrícolas, professores, visitantes).

d- Independência Cultural e política

- escolas indígenas na língua e controle das escolas em por - tuguês.
- Atendentes de enfermagem indígenas.
- Cooperativas indígenas e controle dos projetos da Funai.
- Recusa do projeto da Funai por parte da comunidade Karipu - na do Espírito Santo.
- Posicionamento contra a Funai, contra a exclusão do pessoal do CIMI da área indígena (78-80-81).

3- TEMBÊ

a- Recuperação e preservação das terras e riquezas naturais

- múltiplos protestos e pressões na Funai a começar de 78.
- 80 um grupo de Tembê queima a ponte que liga uma estrada de acesso à reserva.

- 81 recusa da emancipação através do loteamento da terra.

b- Consciência étnica e recuperação cultural:

Estava em estaca zero, sendo um povo miscigenado e tendo perdido a língua, expressões culturais e consciência de povo.

Agora se consideram índios, e procuram recuperar expressões culturais do passado (festa, artesanato, língua) como meio de defesa.

Apesar disso, a divisão predomina.

Visita aos Tembê do Gurupí para se unir e conhecer as tradições Tembê e a língua.

c- Independência cultural e política

Construção de uma escola da comunidade.

Convite e apoio ao pessoal do CIMI (tem 02 voluntárias assumidas pela comunidade).

Consciência crítica quanto à Funai e invasão das terras.

- reuniões e reflexões, esforço para uma ação conjunta.

- contestação da invasão da terra.

- contestação dos critérios de indianidade.

- contestação da tentativa de emancipação.

- participação de assembléias externas, mesmo sem consentimento da Funai.

d- Dificuldades:

Forte influência da Funai

Divisão interna e ausência de chefia

Praticamente os Tembê estão perdendo sua terra.

Desconhecimento da identidade étnica dos Tembê por parte da Igreja local.

4- ÁREA DO TOCANTINS: GAVIÃO, SURUÍ, XIKRIN, ASSURINI, PARAKANÁ

4.1 Recuperação e preservação das terras e riquezas naturais

GAVIÃO: conseguiram a demarcação da reserva, o controle da castanha, madeira e demais produções.

Conseguiram uma justa indenização pela passagem da linha de transmissão e estrada de ferro.

Dificuldade: destruição da economia tribal.

Aliança com fazendeiros contra os posseiros.

A passagem da estrada de ferro.

SURUÍ: recuperação de três castanhais dentro da reserva.

Parcial controle da castanha e demais produção.

Reivindicação atual para recuperar o antigo território, tribal excluído pela demarcação.

Dificuldades: a estrada que vai até aldeia.

Venda de madeira por índios isolados.

XIKRIN: consciência da invasão de 30% da reserva.

Invasão da fazenda invasora. Pressão constante para que saia.

Dificuldades: acordo para arrendamento de parte da reserva para pastagem.

Proximidade e contato constante com DOCEGEL.

São os mais diretamente atingidos pelo Projeto Carajás.

ASSURINI: Limpeza da área de invasores (fazendeiros e pescadores)

PARAKANÃ: O único sinal que encontramos é a reivindicação da demarcação apresentada pela delegação Parakanã na assembleia indígena nacional de Kumarumã.

4.2- Consciência étnica e recuperação cultural

Em geral: afirmação clara da própria identidade cultural.

Recuperação das festas.

Entre os Gavião, recuperação da forma circular da nova aldeia em alvenaria.

Entre os Suruí, recuperação de algumas tradições culturais.

Valorização da própria língua (alfabetização).

Suruí: ser batizados sem deixar de ser índio.

Dificuldades: Projeto Carajás que visa o contrário.

GAVIÃO: muito dinheiro

SURUÍ: contato frequente com as vilas perto da aldeia; presença constante de pessoal externo da aldeia.

PARAKANÃ: contato indiscriminado e perda rápida de elementos importantes da cultura (casa dos fumantes).

XIKRIN: contato constante com DOCEGEL.

4.3- Consciência política e reorganização política interna Independência.

GAVIÃO: não aceitação do "chefe" externo.

Expulsão das "Novas Tribos".

Reunião de vários grupos sob uma única chefia.

Controle dos visitantes.

Controle total dos recursos da reserva.

Dificuldades: falta uma visão de conjunto. Os Gavião são volta dos aos Gavião e isto permite controle da Funai pela desinformação e chantagem.

SURUÍ: controle parcial da economia.

Desejo de escola própria nos moldes culturais da tribo.

Posicionamento crítico quanto a Funai.

Dificuldade: falta uma liderança forte.

ASSURINI e PARAKANÁ: forte dependência da Funai e ausência de uma liderança forte.

XIKRIN: devido ao isolamento ainda conservam sua organização tribal. Sua independência está ameaçada.

5 - METODOLOGIA DA AÇÃO MISSIONÁRIA

Falamos de Metodologia em vista de encontrar um instrumento de avaliação para analizar caminhada do CIMI, rumo à autodeterminação dos Povos Índigenas. Achamos importante na Assembléia Nacional analisar a fundo alguns casos concretos, partindo dos diferentes tipos de presença nas aldeias.

(O CIMI Norte II tem uma publicação que descreve o processo "educação" entre os Karipuna e Galibi).

a- O primeiro contato com um povo Índio visa CONHECER e SER CONHECIDO:

- a partir do ÍNDIO: fitas, recados de outros Índios.

- Valorizando o que é do ÍNDIO: fitas na língua, cantos e músicas, respeito apreciação por qualquer manifestação cultural e pela palavra do Índio.

b- Partindo da REALIDADE:

- Construimos a história e a devolvemos para os Índios.

- Ouvir e captar os problemas e as reivindicações dos Índios.

- Estimular a compreensão da realidade local, através de informação sobre fatos ocorridos em outros povos Índios.

Tudo isto através de um processo, que partindo da problemática concreta provoque e estimule uma REFLEXÃO-AÇÃO contínua. Isto permite o nascer de uma consciência crítica sempre mais abrangente e fundamentada nos fatos e exige uma revisão constante da ação decorrente da prática refletida.

Os índios se interessam muito, porque a análise parte sempre de fatos. Por exemplo, nunca a gente critica diretamente a Funai. Limitamo-nos a apresentar fatos, problemas, palavra de índios, e estimular a reflexão comparando com a realidade local. A conclusão é do pessoal. A ação segue naturalmente, às vezes dos próprios índios, às vezes sugerida por nós (na aldeia tal, os índios fizeram assim).

c- No decorrer do processo, entra a participação do CIMI, por exemplo, nos projetos de economia, saúde, educação, contatos e participação nas assembléias.

Os projetos surgem como resposta a uma necessidade do grupo, são programados com a comunidade e são executados em conjunto visando duas linhas: a recuperação o fortalecimento dos valores culturais e a autonomia (língua, economia, saúde, administração).

d- A experiência de uma aldeia é comunicado à outras, gerando intercâmbio, interesse e novas idéias.

Quando o problema não é só local, o CIMI inicia, acompanha e denuncia junto a sociedade envolvente, como foi o caso dos Parakanã e Tembê. Este trabalho é descrito melhor na história corrida do CIMI NORTE II.

e- Quanto a RELIGIÃO encontramos 3 tipos de situação:

A- Povos indígenas cristãos. Partindo das exigências quanto ao batismo das crianças, tentamos mostrar como a religião tem que ser libertadora e indígena. O processo descrito anteriormente foi aplicado neste campo também, assim como por exemplo na ESCOLARIZAÇÃO. Não somos contra a escola, mas procuramos chegar à uma escola alternativa e voltada para o índio.

B- Povos indígenas não cristãos que pedem o batismo.

É o mesmo processo da letra A, só que devido à situação exige:

- Conhecimento da língua
- Estudo das motivações
- Preparação por tempo indeterminado, isto é suficiente.
- Aceitamos só se toda aldeia pede e está de acordo.

C- Povos Indígenas não cristãos:

- Excluimos uma proposta explícita, imediata.
- Quando os índios perguntam explicamos as razões de nossa vida e fé.
- Procuramos conhecer a religião deles e suas manifestações, valorizando-as e quando se apresenta a ocasião, falamos dos pontos comuns com a mensagem de Cristo.

6- DIFICULDADES - LIMITAÇÕES

a- Extensão do regional e falta de missionários, que determinaram visitas espaçosas no tempo e impossibilidade de levar para frente o processo. Cerca dos 50% dos povos índios são desconhecidos por nós e com outros, o contato é insuficiente;

b- o conhecimento da língua é essencial para conhecer a realidade e para um diálogo com o índio. Apesar dos esforços e caminho feito, ainda estamos longe;

c- Metodologia e situações bem diferentes nas bases do Regional. Faltou contato e intercâmbio e uma revisão conjunta de nossa ação;

d- Dependência dos índios em relação a nós, esperando muitas vezes uma solução;

e- Frente à situações de emergência, não respeitamos todas as etapas do processo (ex. preparação básica dos voluntários);

f- O maior desafio que o nosso Regional atualmente enfrenta é o Projeto Carajás. Um estudo separado publicado pelos regionais MA/GO/NORTE II apresenta o impacto deste projeto sobre as populações indígenas.

ÉPOCA	SOCIEDADE POLÍTICA	
	BRASIL	FUNAI
L I B E R T A Ç Ã O X R E P R E S S Ã O	68	75 convênio-projetos de Brasília com antropólogos em trabalho independente da 2a. DR: PARAKANÃ, GAVIÃO; AS SURINI de Koatinemo
	69	
	70	
	71	72 Atração de grupo Parakanã
	72 início da hidrelétrica de Tucuruí	
	73	74 Atração dos Oyampí - Parakanã Aumento dos funcionários. Criação de novos P.I. em toda 2 DR. Tentativa de proibir a entrada do CIMI nas áreas indígenas
	74 Perimetral Norte, atravessando a área dos Oyampí	
	75	
	76	
	77	
78		
79		
L I B E R T A Ç Ã O X R E S T A U R A Ç Ã O	79	81 Atração dos Arara Nova tentativa de proibir a entrada do CIMI nas áreas indígenas. Projetos econômicos da FUNAI em toda 2 DR. Convênios com Governo do Território sobre educação com Mobral e LBA. Atração e transferência de 01 grupo Parakanã.
	80	
	81 Abertura da BR 156 atravessando a área indígena do Uaçá.	
	82	
	83	

ÉPOCA	POVOS INDÍGENAS	
	TERRA	ASSEMBLÉIAS
DESENVOLVIMENTISMO		Participação dos representantes índios do regional.
LIBERTAÇÃO X REPRESSÃO	68 69 70 Transamazônica: Invasão de território Parekanã e Arara. 71 72 73 Invasão do Território Tembê 74 Invasão do Território Oyampí 75 Invasão do Território Assurini 76 77 Demarcação das reservas Uaçá Galibi 78 Invasão do território Xikrin 79 Invasão do Território Kayapó: fazendas e garimpos	- Cururu - Desde 75 os Galibi, Karipuna e Palikur se reúnem em assembleia, todos os anos. - Abaetetuba - III Assembleia do CIMI - II-III-IV Assembleia Nacional-CIMI - S. Marcos - 78
LIBERTAÇÃO X REESTABILIZAÇÃO	79 80 Os Gorotire matam 22 pessoas Os Tembê queimam uma ponte 81 82 Os Tembê matam 04 colonos Presença de milhares de Garimpos Kayapó: Nova fase: acordo c/ os índios 83	- Goiás Velho - 78 - Brasília - 80 - Manaus - 80 - Assembleia Saterê-Mauê - Panamazônico II - 79 - Seminário São Paulo - 82 - Assembleia UNI: Aquidauana - 80 - Assembleia UNI Brasília- 83 - KUMARUMÃ

ÉPOCA	POVOS INDÍGENAS
	AUTODETERMINAÇÃO
D E S E N V O L V I M E N T I S M O	<p>75 - Começam as Cooperativas indígenas</p> <p>76 - Curso de monitores indígenas sobre saúde</p> <p>77 - Demarcação da área</p> <p>79 - Galibi: os enfermeiros índios tomam conta de enfermaria</p>
L I B E R T A Ç Ã O X R E P R E S S Ã O	<p>75 - 83 - Participação de representantes do regional em várias assembleias nacionais.</p> <p>79 - Projeto educação em Oiapoque</p> <p>80 - Curso para monitores linguísticos entre os Munduruku Tomada de posição das comunidades à respeito da BR 156</p> <p>81 - Escolas indígenas na língua entre os Karipuna</p> <p>82 - Escolas indígenas entre os Karipuna e Galibi</p>
L I B E R T A Ç Ã O X R E S T A U R A Ç Ã O	<p>77 - Expulsão das novas tribos Gavião</p> <p>78 - Controle da castanha - Gavião Os Karipuna, Palikur e Galibi tomaram posição contra FUNAI quanto a presença do CIMI nas áreas indígenas.</p> <p>80 - Visita dos Palikur, Karipuna e Galibi aos Munduruku. Vitória dos Gavião com a Eletronorte Recuperação dos castanhais - Surui.</p> <p>81 - Recusa da Emancipação - Tembê Invasão da fazenda Gran Reata - Xikrin Limpeza dos invasores da área - Assurini</p> <p>83 - Desativação da fazenda de búfalos do exército no Uaçá - Galibi Reivindicação de uma área demarcada - Parakanã.</p>

ÉPOCA	SOCIEDADE CIVIL		
	GRUPOS ECONÔMICOS	IGREJA	GRUPOS DE APOIO
		PRAT. PASTORAL	
DESENVOLVIMENTISMO		77- Curso de Indigenismo em Belém II Assembléia regional do CIMI. 78- Levantamento da situação indígena na regional. - A secretaria regional. - Atividades na sociedade envolvente - Curso sobre Evangelização 79- III Assembléia Regional do CIMI. Cooperativas indígenas Aumento de 3 missionários-base	78- GAI - grupo de apoio ao Índio Belém - começam as semanas do Índio. - Campanha contra o decreto de Emancipação.
LIBERTARISMO	73 - Mejer - Tembé 74 - Swiff - Tembé 76 - Gran Reata Xikrin 77 - Garimpos-Oyampí 79 - Eletronorte Gavião	79- Curso sobre Educação 80- Curso de linguística 81- 83 - Novas frentes missionárias.	
LIBERTARISMO	80 - Cumarú-Gorotire 81 - Kriketum-Kayapó Carajás- Xikrin		

SEXTA ASSEMBLÉIA DA PASTORAL INDIGENISTA DO REGIONAL
MA/GO - TOCANTINÓPOLIS, 17 a 19/05/83.

HISTÓRICO DO REGIONAL MA/GO.

O Regional MA/Go, foi criado em março-abril de 1978. No entanto, antes dessa data, já havia, na região, algumas pessoas preocupadas com a questão indígena:

- Irmã Sílvia Wewering, de Tocantínia-Go., que mantinha contato, embora intermitentes, com o grupo Xerente e era conselheira do CIMI desde 1972;

- Frei Alberto, de Grajaú-MA, Missionário-médico capuchinho que, há muitos anos vinha desenvolvendo, sistematicamente, um trabalho no campo da saúde e da catequese, junto ao Grupo Guajajara de Bacurizinho;

- O Prof. Farias, agente de Pastoral leigo, engajado numa atividade de assistência e de catequese ao Grupo Apinajá.

- 1974- Foi realizada, por intermédio da equipe volante do CIMI, a primeira Assembléia da Pastoral Indigenista, em Miracema do Norte-Go., no intuito de criar o Regional MA/GO, o que, no entanto, fracassou, mas teve como ponto positivo dar uma força para a Irmã Sílvia, promotora na região de uma nova linha de ação Evangelizadora no âmbito da Pastoral Indigenista.

Além disso, o encontro despertou o interesse para a questão indígena do Pe. Odilo Erhardt, da Diocese de Viana, que junto com o Pe. Afonso Di Caro, sacerdote da mesma Diocese, foi participar em Goiânia, do curso de indigenismo organizado pelo CIMI, em 1976.

- 1977- Foi o ano que marcou o início da caminhada da Prelazia de Cândido Mendes no campo Pastoral Indigenista. Dois padres participaram do curso de indigenismo organizado pelo CIMI, em Belém e, juntamente com o Bispo participaram em seguida da segunda Assembléia da Pastoral Indigenista solicitada pelo Secretariado Nacional do CIMI, em Grajaú-MA. O encontro teve como objetivo fazer o levantamento das nações indígenas do Maranhão no intuito de levar as Igrejas locais a tomar consciência do estado de abandono e de conflito dos vários grupos existentes, e procurar uma resposta aos desafios lançados pela gravidade da situação.

Como resultado, o Bispo de Cândido Mendes, D. Guido M. Casullo, se dispôs a liberar um dos dois padres presentes para a Pastoral Indigenista.

1978- Pe. Carlos Ubbiali, liberado para o trabalho junto aos índios da Prelazia de Cândido Mendes, e Pe. Odílio Erhardt, recém transferido à Diocese de Carolina/Imperatriz para se dedicar à Pastoral Indigenista, foram convidados pelo Secretariado do CIMI a organizar o Regional CIMI-MA/GO.

1979-Maio- 3a. Assembléia da Pastoral Indigenista, em Imperatriz. Com a participação de Agentes de Pastoral das Dioceses de Grajáú, Carolina-Imperatriz, Cândido Mendes do Ma., Miracema do Norte e Tocantinópolis-Go, se enfrentou e analisou o conflito de Alto Alegre (Mun. de Barra do Corda, Diocese de Grajáú-Ma.) entre os Índios Guajajara da área indígena Cana Brava (Barra do Corda) e a Ordem dos Capuchinhos. O motivo era a existência de uma gleba de terra, encravada na área indígena, cuja posse havia sido concedida à Associação Educadora São Francisco de Assis, mas reivindicada pelos índios e envolvendo os lavradores de Alto Alegre. O andamento da reunião levou à formulação de uma proposta, unanimemente aprovada, a ser encaminhada para a solução do problema "Alto Alegre".

Junho- Foi realizado em Barra do Corda um encontro de representantes dos Índios Guajajara dos lavradores de Alto Alegre, da ordem Capuchinha, da Diocese de Grajáú, do INCRA, FUNAI, CPT, CIMI e CNBS a fim de buscar e encaminhar em conjunto uma solução concreta do conflito de Alto Alegre. No entanto, a tentativa fracassou.

1980 - Janeiro- Curso de indigenismo, organizado pelo Regional MA/GO, e realizado em Imperatriz. Foi levado convite a pessoas, do Regional e outras que tivessem qualquer ligação com a questão indígena, com o objetivo de estimular maior interesse pela causa indígena, a fim de ampliar e aprofundar o conhecimento da situação destes grupos. O curso foi muito bem sucedido.

Julho - Realizado em Belém, em colaboração com o CIMI Norte II a primeira etapa do curso de linguística para Missionários diretamente empenhados com grupos indígenas, havendo em seguida pesquisa de campo na Aldeia Kari-puna do Espírito Santo (Mun. de Diapoque-AP).

1981-Maio- 4a. Assembléia da Pastoral Indigenista, em Bom Jardim, Prelazia de Cândido Mendes (Ma). Nessa foi debatido o problema da escassez de pessoal engajado na Pastoral Indigenista e foram planejadas algumas atividades com o objetivo de suscitar vocações para esse fim.

Junho- Sempre em colaboração com o CIMI Norte II, se deu andamento a segunda etapa do Curso de Linguística, em S. Luís.

1982-Maio- Quinta Assembléia da Pastoral Indigenista, em Miracema do Norte. O que mais marcou esta Assembléia foi a apresentação e efetivação do

"Projeto Timbira" (depois-missão Timbira), por visar a área cultural-linguística Timbira (Krahô, Apinajé, Krikati, Gavião e Canela). Isso começará a ser pensado por Carlos Ubbiali e Valber Kotsó a partir de janeiro-82.

Tocantinópolis foi escolhida como base dos agentes desta Missão, o que foi bem acolhido pelo Bispo D. Aloísio.

1983-Janeiro- A Missão Timbira recebia em sua equipe o jovem Antônio José Reis, quando o Regional realizou um encontro de Três dias à beira do Rio Vermelho, nas proximidades da aldeia Krahô, com a participação dos elementos engajados diretamente na Pastoral Indigenista.

Na oportunidade, foi avaliada a proposta do Antônio José atuar junto aos Krikati, o que em seguida foi levado ao Bispo de Imperatriz com a devida aceitação.

1983-Maio- Sexta Assembléia Regional da Pastoral Indigenista, em Tocantinópolis. Tentativa de avaliação dos seis anos de caminhada do Regional. Apresentação e análise do documento "Carajás e as consequências para as populações indígenas". O Regional recebe mais um elemento para a equipe da Missão Timbira na pessoa de Marilita Neves, como também o Pe. Cláudio Zanoni, liberado para desenvolver um trabalho com os Guajajara, de Araribóia, surgindo daí a perspectiva de formação de uma equipe de atuação na área cultural Tupi-Guarani.

Esse percurso permitiu criar raízes em algumas Comunidades Indígenas, apesar da escassa disponibilidade de recursos e de pessoas, tentando dar uma resposta adequada aos desafios que se apresentavam e dar passos a fim de aprofundar a sensibilização da hierarquia. Atualmente os problemas, já sérios, das Nações indígenas, assumem uma nova dimensão de gravidade tomando corpo no Programa Grande Carajás.

AValiação DA CAMINHADA DO CIMI MA/GO

Foram listados os critérios para a avaliação:

- Autodeterminação
- Demarcação das terras
- Descoberta e Preservação das culturas indígenas
- Pastoral indigenista e Sociedade envolvente
- CIMI e CPT (conflitos comuns)
- Pastoral indigenista e Pastoral de Conjunto
- Evangelização e Encarnação
- Culturas indígenas e Luzes para uma Nova Sociedade e uma Nova Igreja.

- Pastoral Indigenista e Instituições Governamentais (Funai, Getat, Incra, Ministério Extraordinário de Assuntos Fund. etc.)

- Pastoral Indigenista e Entidades afins (CPI, CTI, etc.)

I

MARANHÃO

A. POVOS INDÍGENAS DE LINGUA TUPI-GUARANÍ

(Guajajara, Tembê, Kaapor, Guajã)

1. Reserva Indígena Arariboia (Arame - Mun. Grajaú). Demarcada, de 413.589 hectares diminuída a 387.000 ha em 1977, sob a jurisdição de três P.I., com uma população de 2176 índios GUAJAJARA, distribuídos em 29 aldeias. Um dos padres de Arame (Diocese de Grajaú) está começando agora o trabalho com os índios interessado ele e outros dois padres com o Projeto Grande Karajás, em cujo "Corredor" está incluída esta reserva.

2. Reserva Indígena Bacurizinho (Mun. Grajaú). Demarcada, de 72.000 ha aumentada para 82.432 ha em 1980, com uma população de 1038 índios GUAJAJARA distribuídos em 10 aldeias.

Nessa área ainda permanece um posseiro, Raimundo Rodrigues, que está para sair de lá, esperando sua indenização.

Os índios, em contrapartida, estão se preparando para conseguir o título da terra em comum. A Funai, segundo se ouviu dizer, quer fazer lotes de 50 ha e entregar para cada família, mas os índios não estão aceitando. Segundo comentários espalhados em Bacurizinho, uma índia de Barra do Corda conseguiu "Terra Particular".

Os índios tem uma atitude crítica face à atuação da Funai, denunciando, de forma particular, a não participação dos índios nos programas da Funai.

A comunidade indígena, então, está querendo colocar o índio Alderico como chefe do P.I., tendo consciência dos riscos desta atitude.

Os Guajajara desta área vão tentar fazer uma Assembléia dos Caciques da região.

Nas eleições passadas (1982) houve 1561 eleitores índios das duas áreas sobrecitadas.

3- Reserva Indígena Canabrava e Guajajara (Mun. Barra do Corda). Demarcada de 131.868 ha, sob a jurisdição de dois P.I., com uma população de 3325 índios GUAJAJARA distribuídos em 20 aldeias.

Continua sem solução o problema "Alto Alegre" (encravado na área indígena), onde a Funai está querendo a ocupação da terra por parte dos índios, sem esperar o desfecho na Justiça. A Funai tem pressa em receber tais terras para poder continuar com a exploração de madeira na área de Alto Alegre.

4- Reserva Indígena Pindaré (mun. Bom Jardim). Demarcada de 15.000 ha, com uma população de 301 índios GUAJAJARA, e 57 de mestiços e descendentes de índios TURIWARA, distribuídos em 9 aldeias.

Em 1981 a FAB quis construir um aeroporto de porte internacional, mas os índios impediram tal tentativa.

5- Reserva Indígena Carú (mun. Bom Jardim). Demarcada, de 175.000 ha, com uma população de 99 índios GUAJAJARA distribuídos em 5 aldeias e a presença de 2 a 3 grupos GUAJÁ com cerca de 80 pessoas.

Os índios Guajajara pediram explicação, a respeito do Projeto Carajás, para um missionário do Regional.

Continua a dependência destes índios em relação aos funcionários da Funai. Na época da demarcação, 1977, um "corredor", para a passagem do ramal da estrada de ferro vinda de Paragominas (PA), separou esta área da reserva do Alto Turiaçu.

Por outro lado, há poucos dias, foi feita a ação discriminatória das terras do município de Bom Jardim e o Juiz, da 2a. vara de Santa Inês, legalizou os grilos "de São João do Carú". As consequências de tal ação podem ser a expulsão de milhares de posseiros e a invasão da área indígena Carú.

6- Reserva Indígena Alto Turiaçu (mun. Monção, Turiaçu, Carutapera). Demarcada de 515.000 ha, sob a jurisdição de 3 P.I., com uma população de 490 índios KAAPOR e 142 índios TEMBÉ distribuídos em 22 aldeias e 30 índios GUAJÁ.

Um problema sério é a saúde dos índios Kaapor afetados por sífilis neurológica, conforme recentes pesquisas de um casal de médicos argentinos, em Zé Doca (mun. Monção).

Próximo do Posto Policial Rodoviário, situado a uns poucos kms do rio Turí e do povoado Araguanã, rumo Belém, está sendo implantado o 24º BEC, no limite da área indígena, para treinamento anti-guerrilha e exército de tiro, com o argumento de salvaguardar a Reserva Florestal da área indígena.

7- Território de perambulação dos índios GUAJÁ. Entre o rio Gurupí, cabeceira do Turizinho (afluente do Carú) e cabeceiras do Carú. Há ainda alguns grupos de Guajá perambulando nesta região, onde já se instalaram ou estão se instalando grandes empresas.

B- POVOS INDÍGENAS DE LINGUA JÊ

(Krikatí)

Território dos Krikatí (mun. Montes Altos). Área não demarcada. O contato com os Krikatí se faz através da saúde, ou melhor, através do hospital da paróquia de Montes Altos.

Numa certa ocasião os índios pediram uma igreja e o problema foi levado para Brasília.

Existe um medo de que a entrada do CIMI por lá possa destruir um pequeno diálogo com a Funai.

A sociedade envolvente de Montes Altos não aceita também os índios.

Com a desconfiança de que na área dos Krikatí existe urânio, houve uma pergunta: qual será o destino dos índios e até mesmo da cidade de Montes Altos?

II - GOIÁS - NORTE

A- POVOS INDÍGENAS DE LINGUA MACRO-JÊ

1. Reserva Indígena Xerente (Mun. Tocantínia) - Demarcada de 167.542 ha. O problema da demarcação da aldeia Funil (que fica fora da área já demarcada) ainda hoje continua. Os índios XERENTES da reserva demarcada não querem choques com a população de Tocantínia, que precisa da terra para continuar existir.

A Funai elaborou um projeto agrícola mecanizado, longe da aldeia (?), pois a terra não era propícia para a plantação. O plantio foi um fracasso, dando pouco resultado. Onde de mil sacos de arroz eram previstos, somente 300 sacos foram aproveitados.

Outro projeto é a construção de escolas e postos de saúde, que foram abandonados.

Houve tentativa de formar em Tocantínia um grupo de apoio à causa indígena. Tentativa até o momento frustrada, apesar da vontade para tal.

A diocese de Miracema do Norte, porém, está mais aberta à situação dos povos indígenas.

B. POVOS INDÍGENAS DE LINGUA JÊ

(Krahô, Apinajê)

1. Reserva Indígena Krahô (mun. Goiatins, Itacajá) - Demarcada de 320.000 ha, com uma população de cerca 820 índios KRAHÔ distribuídos em 9 aldeias. Entre os Krahô, três dos quatro postos da Funai foram desativados, pela intervenção dos índios. Existe um funcionário da Funai que é o responsável pelos três postos. Sua presença não limita os índios, porque eles sabem o que estão querendo.

A resistência dos Krahô foi sempre grande. Em parte houve a colaboração do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), órgão de apoio de São Paulo.

Os Krahô deram grandes passos rumo a sua autodeterminação.

O que melhor qualifica os Krahô é justamente esse processo de independência e autodeterminação.

2. Território dos Apinajê (mun. Tocantinópolis) - Área ainda não demarcada, com uma população de 450 índios APINAJÊ distribuídos em 2 aldeias.

Entre os Apinajê nunca houve um trabalho organizado e específico. Uma das aldeias (Mariazinha) está cheia de funcionários da Funai, tendo um desses funcionários levado para frente o programa de integração dos índios com a sociedade envolvente.

Está se levando os índios a uma certa rixa entre as duas aldeias, e por isso a aldeia de São José terá também funcionários e

Há um projeto da CVRD para construção de casas de alvenaria. Os índios de São José resolveram porém construir as casas conforme seus costumes e aplicar o dinheiro em outras necessidades.

Os Apinajê, embora não tenham consciência da autodeterminação, estão se encaminhando neste sentido.

A demarcação das terras ainda não foi feita, apesar de ter se iniciado em 1969, sendo sustada mais tarde, porque os índios não a aceitarem. Foi prevista a demarcação para dia 10 de junho de 1983.

A sociedade envolvente é outro problema: na área existem cerca de 1.000 famílias de posseiros e os políticos estão querendo embargar a demarcação por causa da renda do município (PMDB). Mas a preocupação maior dos políticos é a respeito das poucas fazendas que interessa a classe média da cidade de Tocantinópolis.

CIMI - ACRE

Introdução:

Inicialmente convém ressaltar de que as atividades do CIMI junto aos povos indígenas nesta região do Acre e Amazônia Ocidental tiveram seu início em meados de 1975 e início de 76.

Por sua vez, a Funai também se implantou aqui no ACRE somente em 75. A Comissão Pró-Índio (CPI) iniciou as suas atividades por volta de 77 a 78.

Diante do fato de que não houve trabalho nenhum, mais ou menos coordenado, junto aos índios antes de 1976, é que vamos nos ater mais na avaliação dos últimos oito anos.

Uma vez que existem 11 povos indígenas nesse Regional, e não havendo condições de fazermos um relato de todos, citaremos aqui somente os Kaxinawã, Katukina, Ianawã, Apurinã e Kulina, por terem sido de maior destaque na luta pela terra e autodeterminação.

I- Sinais de Autodeterminação dos Povos Indígenas na região:1. POVO KULINA1.1 Consciência étnica e recuperação cultural:

- Todos falam a língua
- Visitas e reuniões de várias comunidades (iniciadas em 1979) com a finalidade de permanecerem unidos e reavivarem a sua cultura.
- Rituais de iniciação para os jovens, festas, plantios, caçadas e pescarias coletivas.
- Após terem sido alfabetizados, passaram a escrever toda a sua história, mitos e toda relação hoje com a sociedade nacional.

1.2 Consciência Política e Recuperação ou Preservação de suas Terras:

- Aldeia do Maronawa - 1978 - Índios prendem malhadeiras e tarrafas de pescadores.
- No alto Purus, AC, 1980 - Índios expulsaram fazendeiros, seringalista e seus empregados.
- Purus - 1981 - Índios expulsam mais alguns invasores de seu território.

- Alto Purus, aldeia do Santo Amaro, 1983, índios prendem 103 toras (madeira de lei) que um madeireiro havia tirado em território indígena.

1.3 Libertação da Funai

- Desde 1976, por várias vezes funcionários da Funai e agentes da Polícia Federal foram às áreas Kulina a fim de intimidá-los, porém sempre tem sido expulsos pelos índios.

- Organização de cooperativas para não dependerem economicamente da Funai.

2. POVO APURINÃ:

2.1 Consciência étnica e preservação e recuperação Cultural:

- Grande resistência a Funai
- A maior parte fala a língua
- Reuniões e visitas entre as várias aldeias
- Retomada das festas do grupo

2.2 Consciência política e recuperação ou preservação de suas terras:

- P.I. Boca do Acre - AM- BR 317 Km 45 - 1976 retomada da fazenda de João Sorbille (vulgo "Cabeça Branca").
- P.I. Camicuã - Boca do Acre - 1978 - índios impedem a demarcação incorreta de sua área.
- P.I. Boca do Acre - 1979 - índios ameaçam expulsar invasores e retomar o seringal Aripuanã que não foi incorporado na demarcação.
- P.I. Boca do Acre - 1981 - índios retomam seringal Aripuanã.

2.3 Massacre da Sociedade Nacional (fazendeiros e Polícia):

- Em Boca do Acre - AM - 1978 - delegado de polícia mata índio pelas costas.
- Boca do Acre- 78 - fazendeiro Adão Nunes obriga índio a beber gasolina misturado com areia e posteriormente a polícia o tortura a ponto de sangrá-lo pelo nariz.
- 1979 - fazendeiro Mário Diogo ameaça de morte índios do P.I. Camicuã.
- 1980 Apurinã do P.I. Boca do Acre índios são novamente atacados por cinco agentes da polícia militar.

2.4 - Libertação da Funai:

- P.I. Boca do Acre, índios não admitem mais a presença de funcionários inescrupulosos na área.

Obs.: Os Aripuanã do P.I. Camicuã e do P.I. Boca do Acre até hoje não têm suas áreas demarcadas pela Funai, estando sujeitos a conflitos com os fazendeiros a qualquer momento. Essa é a região de maior tensão nesse Regional.

3. POVO KATUKINA

3.1 Consciência étnica e recuperação cultural:

- Aos poucos este grupo vem se auto-afirmando como povo diante da sociedade nacional.

- Praticamente todos falam a língua

- A maior parte dos grupos mantém suas festas, rituais e mantêm em parte a religião tradicional.

3.2 Consciência política e recuperação ou preservação de suas terras:

- P.I. Katukina - Morada Nova - Feijó - 1980: índios ameaçam fechar rodovia que passa no meio da aldeia.

- Na mesma aldeia em 1982 os índios derrubam a ponte e assim interditem a rodovia e também queimam roçados e casas dos invasores.

- 1983: o mesmo grupo impede os invasores de fazerem derrubadas e roçados na área indígena.

4. POVO YAWANAWÁ:

4.1 Consciência étnica, política e recuperação de suas terras:

- Após longos anos sob o jugo da Agropecuária "PARANACRE", em 1982 este povo se levanta e expulsa seus invasores e tenta se reorganizar novamente. Convém ressaltar de que do povo Yawanawá hoje restam apenas 200 índios aproximadamente.

- As atividades do CIMI e da CPI/AC contribuíram em muito para que esses índios retomassem os seus direitos.

5. POVO KAXINAWÁ:

5.1 Consciência étnica e recuperação cultural:

- Insistência dos mais velhos (em alguns grupos) para que os jovens falem a língua tribal e conheçam mais a fundo toda a cultura.
- Auto-afirmação como povo diante da sociedade nacional.
- Reuniões Kaxinawá
- Festas e a dança do Mariri

5.2 Consciência política e recuperação e ou preservação de seus territórios:

- 1977- os Kaxinawá do rio Jordão expulsam sete seringalistas e tomam conta desses seringais nativos.
- 1978- índios do rio Jordão e Humaitá tentam se organizar através de cooperativas.
- 1979- lideranças Kaxinawá vão pela primeira vez à Brasília a fim de exigirem a demarcação de seus territórios e saem vitoriosos em parte.
- Reuniões de lideranças Kaxinawá do rio Jordão e Humaitá em 81.
- Expulsão dos invasores (brancos) nas áreas Kaxinawá do rio Envira e Purus em 81.
- 1982- índios do Envira (Feijão) para se defenderem das balas de rifle do gerente de seringal, acabam matando o mesmo.
- 1983- no Purus, os Kaxinawá expulsam os pescadores que haviam invadido seus lagos.

5.3 Libertação da Funai:

- Em Jordão e Humaitá índios expulsam funcionários da Funai que estavam em suas reservas em 1981.

II- SINAIS DE DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO

1. POVO KULINA:

1.1 Dependência econômica:

Existe em poucas áreas:

- Projetos da Funai.

- Índios usados como mão-de-obra-barata nas fazendas e para caçadas.

1.2 Dependência e dominação política e ideológica:

- Funai devido a sua estrutura de dominação e imposição.
- População ribeirinha, marreteiros, seringalistas e fazendeiros.
- Igrejas: Católica, Luterana (?) e SUMMER principalmente.

2. POVO APURINÁ:

2.1 Dependência econômica:

Notamos em grande parte dos grupos:

- Projetos da CPI/AC
- Projetos da Funai
- Índios usados como mão-de-obra-barata pelos fazendeiros e seringalistas (algumas aldeias).

2.2 Dependência e dominação política e ideológica:

- SUMMER
- Sociedade envolvente

2.3 Dependência cultural e religiosa:

Em algumas aldeias:

- Bastante desestruturado o sistema religioso tribal.
- Religião (religiosidade) popular.

2.4 Desorganização política Interna:

- Presença de funcionários da Funai.
- Interferência de políticos partidários da sociedade nacional.

3. POVO KATUKINA:

3.1 Dependência econômica:

Notamos em quase todas as aldeias:

- Projetos da CPI/AC
- Projetos da Funai
- Marretagem (negócios das Novas Tribos)
- Bóias-frias e estivadores na cidade de Feijó.

3.2 Dependência e dominação política e ideológica:

- Missão das Novas Tribus do Brasil (1 aldeia)
- População regional
- Escola de brancos
- Fazendeiros

3.3 Dependência cultural e religiosa:

- Interferência das novas tribos
- Catolicismo popular
- Desestruturação do sistema religioso tribal

4. POVO YAWANAWÁ:

4.1 Dependência Econômica:

- Projeto da CPI/AC

4.2 Dependência e dominação política e ideológica:

- Escola das "Novas Tribus no Brasil"
- Cultos das "Novas Tribus no Brasil"
- Sociedade envolvente e principalmente a PARANACRE

4.3 Dependência cultural e religiosa:

- Presença da Missão das "Novas Tribus" desestruturou completamente o sistema religioso tribal.

4.4 Desorganização política interna:

- Presença das "Novas Tribus" dividiu as lideranças e conseqüentemente o grupo.

5. POVO KAXINAWÁ:

5.1 Dependência econômica:

- Projetos da CPI/AC
- Projetos da Funai
- Diaristas nas fazendas (em duas aldeias)

5.2 Dependência e dominação ideológica e política:

- População envolvente
- Funai pela imposição do seu aparato repressivo.

5.3 Dependência cultural e religiosa:

- Catolicismo popular (alguns grupos)
- Desestruturação do sistema religioso tribal.

III- EM QUE ASPECTOS O TRABALHO DO CIMI CONTRIBUIU PARA A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS ÍNDIGENAS NA REGIÃO?

- inicialmente Assembléias de várias aldeias de um mesmo povo.
- Apoio dado às lideranças para as Assembléias de chefes indígenas.
- Incentivo a conservação e retomada da língua e toda cultura tribal.
- Trabalho político, mostrando quais os direitos que os povos indígenas têm.
- Palestras, filmes, áudio-visual e discussões com a sociedade nacional em apoio a causa indígena.
- Ajuda econômica (pequenos projetos) para que os grupos se libertem dos marreteiros, seringalistas e fazendeiros e assim consigam a sua auto-suficiência econômica.
- Trabalhos de alfabetização na língua tribal e a seguir passar para a escrita em português, servindo assim como um instrumento a mais para a comunicação entre os vários grupos e também para registrarem por escrito a sua história. A escrita poderá servir ainda como um instrumento a mais para a defesa contra a sociedade nacional.
- Viagens de lideranças indígenas à Brasília para reivindicarem os seus direitos.

IV- EM QUE ASPECTOS O TRABALHO DO CIMI FAVORECEU A DEPENDÊNCIA E/OU DOMINAÇÃO?

- Projetos econômicos
- Compra de artesanato
- Por uma falta de conhecimento da cultura indígena, ou mesmo conscientes da situação, fazemos prevalecer a nossa ideologia nos trabalhos junto às comunidades indígenas.

V- QUAIS AS PRINCIPAIS FALHAS E DIFICULDADES DO CIMI QUE
PREJUDICAM O TRABALHO DE APOIO À AUTODETERMINAÇÃO?

- Falta de reflexão e discussão dos nossos métodos de trabalho e da nossa ideologia.
- Geralmente não temos o devido preparo científico, antropológico, político e pedagógico para desenvolvermos melhor os nossos trabalhos e assim sermos mais úteis aos povos indígenas.
- Pouco pessoal liberado para este trabalho.
- Dificuldade de acesso às áreas devido as dificuldades de transporte, ou por serem muito caros. (No Acre, o único acesso aos municípios é com táxi aéreo).
- Burocratismo
- Falta de um trabalho mais em conjunto com a CPT (problemas entre posseiros e índios)
- Falta de apoio de alguns setores da Igreja Católica.

CIMI - RONDÔNIA

Foi aos poucos e ao longo de uma história ainda não escrita, que Rondônia integrou-se ao conjunto do Brasil. Não queremos reconstruir o passado todo. Pretendemos, com este trabalho, indicar uns momentos entre os mais significativos para um melhor entendimento do que acontece hoje.

No século XVII algumas bandeiras aqui entraram. Entre elas lembramos a de Antônio Raposo Tavares que subiu pelo Guaporé, continuou pelo Madeira e desceu o Amazonas para voltar a São Paulo por outros caminhos. A indefinição dos limites geográficos propostos pelo Tratado de Tordesilhas motivou essas bandeiras; o primeiro a chegar e tomar posse, ficava com a terra. Essa mesma indefinição determinou também um dos caracteres que Rondônia carrega até hoje: região de fronteira.

Os tratados de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1777) tentaram definir os limites, mas a questão ficou aberta. Assim nasceu, em 1783, em plena floresta amazônica, a milhares de quilômetros da cidade mais próxima, o Forte Príncipe da Beira, baluarte da orgulhosa soberania portuguesa. Nem valeu, mais tarde, o tratado com a Bolívia, em 27 de março de 1867. Aliás, este tratado só aponta para outro, o definitivo (por enquanto) firmado em Petrópolis pelo Barão do Rio Branco em 17 de novembro de 1903. Este tratado fixou os limites do Acre e resolveu o problema de Rondônia obrigando o governo brasileiro a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré (EFMM).

A civilização branca, isto é soldados e missionários, entraram em Rondônia pelo rio Madeira. Temos vários testemunhos das guerras que "apaziguaram" os índios do Madeira. Um relatório de 1716 mostra que, depois do extermínio da nação Tora, as armas do rei de Portugal foram ao encalce dos Mura. Os portugueses lançaram as forças coloniais na mais longa guerra contra os índios que já se travou na Amazônia. Os Mura resistiram ao longo de dois séculos e só depuseram as armas quando o branco colonizador foi procurar o apoio de uma tribo desde sempre inimiga: os Mundurucu.

Em 1723, no vice-reinado do Grão Pará e Maranhão, foi fundado na margem direita do Madeira - o primeiro povoado não indígena dentro do atual estado de Rondônia. Este povoado foi obra do padre jesuíta João Sampaio que visava catequizar e converter os silvícolas que por aqueles lugares se encontravam.

Excluindo a guerra interminável contra os Mura, os acontecimentos que seguiram no fim do século XVIII e no começo do XIX, não merecem maior destaque. A presença não indígena vagarosamente crescia em Rondônia, contudo não chegava a alterar a fisionomia geral do território.

Na metade do século XIX, a descoberta da borracha e da sua utilização industrial trouxeram Rondônia de volta ao cenário brasileiro. Desde 1870 pensava-se em construir uma estrada de ferro a fim de escoar a produção da borracha sem ter que passar pelas cachoeiras do rio Madeira. As várias firmas que ensaiaram tiveram que desistir. Os acordos de Petrópolis é que deram o impulso decisivo. Para levar a cabo essa construção, várias tribos indígenas tiveram que ser desalojadas à força. Lembramos aqui sobretudo os Karipuna, tão rapidamente desagregados. Antes ainda do término da estrada de ferro, mulheres Karipuna prostituíam-se nos bordéis do Porto Santo Antônio. Por ironia da história, quando em 1912 a EFMM foi terminada, o preço da borracha, no mercado mundial, desceu ao seu nível mais baixo: de 12 para 4 esterlinos por tonelada. De nada adiantaram os esforços do governo brasileiro na tentativa de sustentar a produção (Decreto-Lei nº 2543 A, a 15/01/1912). O "Plano da Defesa da Borracha", dotado de 8.000 contos (U.S. \$2.6 milhões) foi anulado já em 1914.

Caso fosse necessário demonstrar a inutilidade dessa estrada de ferro, que nunca serviu à Bolívia, e muito pouco ao Brasil, aqui vai a declaração de Aluísio Pinheiros Ferreira, que, ao tomar posse como primeiro governador do território do Guaporé, em 1943, disse que a partir do momento em que a EFMM fora nacionalizada, em 1931, ela havia sido recuperada e tinha agora capacidade para um volume de passageiros e de carga dez (10) vezes maior do que estava de fato trafegando. Em outras palavras: um projeto faraônico que nunca chegou a ser útil.

Nos mesmos anos da construção da EFMM, a civilização branca avançava também pelo Sul. A expedição do Marechal Rondon chegou em Porto Santo Antônio em 1909, tendo atrasado Rondônia de ponta a ponta na direção Leste-Oeste. Na onda de Rondon veio para cá também Roquette Pinto, a quem se deve o primeiro estudo científico dos Nambikwara.

Em 1940 Vargas nacionalizava as companhias "Port of Pará e "Amazon River", fundindo as duas no Serviço de Navegação da Amazonia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). A EFMM passou a integrar a SNAPP, assumindo uma tarefa bélica. A inteira operação foi custeada pelo Banco de Crédito da Borracha, criado pelos "Acordos de Washington". Com efeito, ao entrar na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assinaram um acordo com Vargas para garantir o abastecimento de matérias primas, entre elas a borracha, necessárias à guerra. A base econômica do acordo foi um crédito de US\$ 100 milhões, mais US\$ 5 milhões especialmente para a borracha. Em troca o Brasil era obrigado a vender a borracha somente aos Estados Unidos e ao preço fixado por eles. Embora o plano para a borracha não tenha dado praticamente em nada, atraiu para cá muita gente. Em 1940 Rondônia tinha 21.297 habitantes, a maioria residentes em Porto Velho e Guajará-Mirim. Por força do acordo de Washington - que visava a exploração da borracha - em 1942 Rondônia recebeu muitos nordestinos, sobretudo cearenses. Pela primeira vez quase toda sua área atual foi coberta por seringueiros instalados à beira dos rios.

Para organizar o aumento populacional e controlar a produção da borracha, em 1943 foi criado o território do Guaporé (Decreto-Lei 5812, a 13 de agosto de 1943), cujas dimensões atuais foram estabelecidas no ano seguinte (Decreto-Lei 6550, a 31 de maio de 1944).

Em 1945, através do Decreto-Lei 7740, a 17 de abril de 1945, decidiu-se que dois municípios - Porto Velho e Guajará-Mirim - administrariam todo o território. O território do Guaporé ficou assim estruturado por mais de 30 anos. Aluísio Pinheiros Ferreira, militar de profissão, diretor da EFMM a partir de 1931, foi nomeado governador do recém-criado território. A tomada de posse foi acompanhada por uma missa em ação de graças, celebrada pelo então bispo-prelado D. Pedro Massa.

Ao ler esses decretos percebe-se claramente que o Guaporé fora criado numa ótica militar: com efeito, toda a administração, a não ser a religiosa, devia ser chefiada por militares nomeados.

Com a constituição do território começou-se a pensar em estradas, e os arquivos nos revelam que já em 1944 (Decreto-Lei 15.079, a 20 de março de 1944) planejava-se a construção de uma rodovia que ligasse o Acre e o Guaporé à comunhão nacional. Na época não deu em nada.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a borracha da Ásia voltou aos mercados internacionais e, a nativa do Guaporé perdeu seu valor. Os seringueiros, contudo, ficaram. O censo de 1950 revela-nos que os habitantes do Guaporé eram 36.935; 15.000 a mais do que dez anos antes, sem contar os silvícolas. Estes, segundo o relatório de José Sezer Duarte, inspetor regional do Guaporé pelo Conselho Nacional de Estatística, eram entre 25.000 a 30.000.

Em 1951 foi aberto um garimpo de diamantes.

Em 1952 o seringalista Joaquim Perreira da Rocha começou a extrair a cassiterita. No entanto esta operação ficou bastante limitada. Em 1958 Rondônia (novo nome do território a partir de 1956) produziu somente 18 toneladas do minério em questão. As coisas mudaram a partir de 1959 quando, graças às experiências de laboratório do Pe. Ângelo Spadari, a exploração da cassiterita assumiu um ritmo industrial. Foi então que a necessidade de uma estrada se tornou urgente. No dia 1 de março de 1960 foram oficialmente iniciados os trabalhos da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 29, depois BR 364). Difícil é dizer quando ela foi terminada, mas pode-se afirmar que em 1966 podia-se viajar de Porto Velho a Vilhena sem interrupção. Os Pakaa Nova foram dizimados em consequência da construção dessa rodovia.

A partir de 1960 temos dados mais exatos e mais completos e eles constituem a segunda parte deste relatório. Evidenciaremos agora algumas idéias de caráter geral.

O golpe de estado de 1964 foi duro para todos no Brasil e mais particularmente negativo para a Amazônia. Obcecados pela idéia da segurança nacional, os generais presidentes que tomaram o poder sempre foram muito sensíveis à integração da Amazônia.

Os militares obrigaram milhões de brasileiros a se transferirem para a Amazônia. Vários analistas procuraram entender por quê foi gasto tanto dinheiro na construção de estradas quando, com aquela soma, podia-se resolver o problema fundiário brasileiro sem ter que violentar a Amazônia.

A primeira, e mais evidente, é que os militares não podiam entrar em choque com os grandes latifundiários de uma vez que estes os apoiaram no golpe e não queriam a reforma agrária.

A obsessão da segurança das fronteiras, a ocupação dos espaços vazios (índio não é gente?), a necessidade de incrementar a produção de bens exportáveis, o modelo econômico de desenvolvimento associado, etc. são outras razões bastante claras. O que ficou fora totalmente, esquecido e menosprezado pelos cálculos planaltinos, foi a vida e o sofrimento do povo. Quantas pessoas morreram, perderam tudo, sofreram coisas inimagináveis ao longo destes 20 anos de colonização?

De um outro ponto de vista, não mais procurando as causas, mas analisando os resultados, nota-se na tão estardalhaçada colonização da Amazônia, a repetição de um modelo por demais conhecido na história da ocupação do Brasil. Tudo indica que esse modelo de colonização foi montado para criar novos latifúndios e engrandecer os velhos. Seu esquema básico realiza-se em 4 etapas:

1- jogam-se os colonos nas matas contra os índios, sabendo de antemão quem ganhará a partida;

2- aos colonos é fornecida uma assessoria mínima para permitir a abertura dos lotes, cuidando para que nunca se tornem autônomos (financiamentos, empréstimos, títulos que nunca chegam, etc.);

3- depois do lote aberto e as benfeitorias feitas, fecha-se o crédito e o colono tem que vender ou ceder o lote a uns graúdos;

4- abre-se uma nova fronteira mais adiante para onde os colonos expulsos são atraídos e, jogados contra os índios, o processo recomeça.

Hoje tudo indica que Rondônia também não escapará deste padrão.

oOo

Os primeiros contatos entre os índios Cinta Larga e grupos de garimpeiros, que penetraram na área do noroeste do Mato Grosso, deram-se mais ou menos uns trinta anos atrás. Esses contatos indiscriminados provocaram surtos de gripe que foram dizimando os índios.

1958 - Massacre de uma aldeia Cinta Larga.

1959 - Em Rondônia iniciou, em grande escala, a exploração da cassiterita.

1960 - Em Vilhena, com a Presença de J.K., foi inaugurada a construção da BR-364.

1961 - Atração dos Pakaa-Nova pelo SPI em colaboração com a Igreja de Guajará-Mirim. Logo após o contato surtos de gripe dizimaram os índios. Descuido e irresponsabilidade do SPI.

1963 - Massacre do "Pararelo 11". Uma aldeia Cinta Larga foi completamente destruída. A chacina está relacionada com a busca

- O Gal. Castelo Branco modificou o código brasileiro de mineração favorecendo as grandes firmas, entre as quais, a Hanna Mining Company of Cleveland que se instalou em Rondônia.

1966 - Primeiros ataques dos índios Uru-Eu-Wau-Wau a colocações de seringueiros. Os índios atacam e desaparecem.

- No dia 27 de outubro foi assinada a lei nº 5174 que institucionalizou a chamada "Operação Amazônia". Com esse decreto os generais presidentes visavam a ocupação econômica e geo-política da Amazônia através da implantação de grupos humanos auto-suficientes.

- Durante a construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho Rio Branco), os índios Pakaa-Nova sofreram diversos massacres.

- A colonizadora "Itaporanga" se instalou no atual município de Espigão d'Oeste e depois de ter criado um aldeamento de 80 índios Suruí, iniciou a colonização da área.

- Entre os anos de 1963 e 1968 verificaram-se repetidos ataques dos índios Suruí ao longo da BR -364 entre Riozinho e Vila de Rondônia.

1967 - Extinto o SPI, foi criada a FUNAI (lei nº 5371).

- Primeira tentativa de atração dos índios Suruí. A expedição, chefiada pelo comandante Maceno do 5º BEC de Vila de Rondônia e tendo os Gavião como guias e intérpretes, entrou pelo Riozinho. Não teve êxito.

1968 - Golpe dentro do Golpe (AI 5).

- Assinatura do decreto nº 53.369 que criou a reserva dos Nambikwara. Mais ou menos 90% da população indígena ficou fora da área.

1969 - Atração dos Cinta Larga e Suruí. Antes do contato os Suruí chegavam a contar com uma população de mais ou menos 1.200 indivíduos.

- No dia 16 de julho foi assinado o decreto nº 62.995 que interditava uma área entre os rios Juruena e Roosevelt. Os Suruí ficaram fora dessa área interditada. Francisco Meirelles considerava-os um grupo de Cinta Larga. Por não se tratar de um povo diferente não teria que criar uma reserva específica e poderia assim reuni-los todos no Parque do Aripuanã. A família dos Irmãos Melhoran^{ça}, donos da Itaporanga, aproveitou da situação para grilar, com a permissão de Francisco Meirelles, uma área de 1 milhão e 200 mil ha. do território Suruí.

1970 - O Governo Brasileiro, através da lei nº 1106 de 06 de junho, liberou dois (2) bilhões de cruzeiros para a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. Dois anos mais tarde essa so ma será ampliada para 2,8 bilhões e iniciando em seguida a construção de uma terceira rodovia: a Perimetral Norte.

- O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) chegou em Rondônia dando início à colonização oficial do Território com a implantação do 1º PIC (Projeto Integrado de Colonização) na cidade de Ouro Preto d'Oeste.

- Quais as razões da colonização? Segundo Schuh são as seguintes:

1. Aliviar a pressão social nas regiões com alta densidade demográfica;

2. Fornecer trabalho ao exército de reserva do capital que crescia cada dia mais;

3. Estabelecer povoados nas fronteiras do Brasil antes que outros o fizessem.

- A partir dos anos 70, a polícia de desenvolvimento associado, iniciada com J.K. e reforçada com a ascensão ao poder dos militares, levou o Brasil a um endividamento cada vez maior com os bancos estrangeiros.

1971 - No dia 01 de junho foi assinado o decreto nº 1178 criando a PROTERRA e a SUDAM com estes objetivos:

- a. facilitar a aquisição da terra;
- b. melhorar as condições do trabalhador rural;
- c. promover a indústria agrária na Amazônia e no Nordeste.

Tudo isso devia ser executado pelo INCRA que na época recebeu quatro (4) bilhões de cruzeiros.

- O INCRA implantou em Rondônia o 2º PIC, o de Sidney Girão, entre Porto Velho e Guajará Mirim.

1972 - O INCRA implantou o 3º PIC, o de Ji-Paraná.

Nesses primeiros três projetos de colonização foram assentadas, em cinco anos, 8.000 famílias.

- Jean Chiappino, médico francês, em convênio com a Funai, iniciou um trabalho de saúde entre os índios Suruí no PI 7 de setembro. Uma epidemia estava dizimando os índios. Mas foi expulso em dezembro do mesmo ano por discordar com os métodos da Funai.

- Numa nova redelimitação, o Parque do Aripuanã per
deu aproximadamente um (1) milhão de ha. em relação à primeira inter
dição.

1973 - Foi assinado o decreto nº 73.221 na tentativa de
ampliar a reserva dos índios foram forçadamente transferidos do Va
le do Guaporé para o serrado.

- O INCRA instalou o "PIC Pe. Adolfo Rohl" em Jarú.

1974 - Foi instalado o "PIC Paulo Assis Ribeiro" em Colo
rado d'Oeste.

- Através do Decreto nº 74.515 foi interditado, no
Vale do Guaporé, uma área para os índios Nambikwara entre os rio Ga
lera e Sararé. Houve uma nova tentativa fracassada de transferência
dos índios. Hoje a área está completamente ocupada por agropecuárias.

1975 - De 17 a 20 de março realizou-se, em Porto Velho,
um Encontro Regional de Pastoral Indigenista. Dois eram os objetivos:

1. Fazer um levantamento da realidade indígena para
uma análise e busca de saídas;
2. Formação de um regional com uma equipe responsá
vel.

- A Prelazia de Porto Velho encaminhou um pedido à
Funai a fim de que demarcasse a área ocupada pelos índios Kaxararí.

1976 - Os índios Uru-Eu-Wau-Wau que tinham atacado colo
cações de seringueiros em 1966, voltaram a aparecer atacando os colo
nos que penetraram na área do lado de Ariquemes. Para vingar os ata
ques dos índios, foi organizada uma expedição, que, saindo de Arique
mes, entrou mata adentro e exterminou uma aldeia de índios.

- Na tentativa de solucionar o problema dos Nambikwara
foram elaboradas seis propostas visando criar pequenas ilhas. A alter
nativa escolhida revelou-se inviável por desrespeitar a cultura dos
índios e facilitar as invasões.

- O conflito entre os índios Suruí do "P.I. 7 de se
tembre" e os colonos que foram invadindo a reserva foi crescendo ca
da vez mais. Houve casos de morte dos dois lados. Para pôr fim a esse
conflito permanente foram cortados 15 quilômetros da área indígena e
entregues aos colonos e, como compensação, foi feita aos índios a pro
messa de demarcação da área.

1977 - Foram criados os municípios de Vilhena, Pimenta
Bueno, Cacoal, Ji-Paraná e Ariquemes.

- Com a assinatura do Decreto nº 79.095, foi liberada a maior parte da área interditada dos índios Sararé (Nambikwara).

- No P.I. 7 de setembro houve um surto de tuberculose que atingiu mais de 100 índios.

- A firma Pimentel iniciou a demarcação da área dos Suruí. Duas famílias de colonos ficaram dentro da área e já que o problema não foi logo solucionado nem pelo INCRA e nem pela Funai, as invasões continuaram.

Os índios Uru-Eu-Wau-Wau voltaram a atacar colocações de seringueiros que tinham invadido a área.

- A Diocese de Guajarã-Mirim pediu à Funai a criação de uma reserva em Sagarana. A Diocese que tinha adquirido a terra estava disposta a cedê-la aos índios.

1978 - Feita uma avaliação do trabalho realizado entre os índios Nambikwara, resolveu-se demarcar uma área para os índios Negarotê.

- Relatório da IECLB acerca da situação entre índios e posseiros do "P.I. 7 de setembro" (31/10/1978).

Os colonos reiniciaram a invasão do "P.I. 7 de setembro".

- Devido aos constantes ataques dos índios Uru-Eu-Wau-Wau, foi assinada a Portaria nº 506 que interditou uma área de 878 mil ha. Apesar disso tanto a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) quanto o INCRA, entraram na área interditada. A Funai iniciou a atração dos índios com a criação de três frentes.

1979 - Uma equipe da OPAN iniciou um trabalho junto aos índios Cinta Larga no município de Aripuanã.

- Foi apresentada à Funai a proposta, não aceita, de criar uma área contínua para os índios Nambikwara.

- A IECLB fez um convênio com a Funai e Roberto e Lori iniciaram um trabalho junto aos índios Suruí do P.I. 7 de setembro. Foram expulsos no final do mesmo ano.

1980 - Em vista da pavimentação da BR-364 e por pressão dos grandes interesses econômicos, decidiu-se levar a cabo uma variante da rodovia cortando assim a área dos Nambikwara do Vale do Guaporé.

- Em maio deste mesmo ano foi criada a "Comissão de Defesa do Povo Nambikwara", reunindo várias entidades de apoio às lutas indígenas.

- A Funai, por pressão do Banco Mundial, elaborou o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas da Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Porto Velho" por um período de 5 anos (1980-1985).

- A Comissão de Defesa do Povo Nambikwara pressionou o Banco Mundial (financiador da pavimentação da BR-364), denunciando a ameaça de extinção do Povo Nambikwara, caso fosse feita a mudança no traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho.

- A Igreja Católica e a IECLB de Cacoal tomaram firme posição em relação aos colonos que tinham invadido a área dos índios Suruí. Acusaram o INCRA, a Funai e o Governo do Território pela situação de conflito e pleitearam a imediata retirada dos colonos que, indenizados, deviam ser reassentados em outras áreas.

- A Funai tenta os primeiros contatos com os Uru-Eu-Wau-Wau.

- Recenseamento do IBGE. Crescimento demográfico de Rondônia:

1950.....	38.935	habitantes
1960.....	70.783	"
1970.....	111.064	"
1980.....	490.153	" (*)

(*) dados extra-oficiais dão uma população de ± 800.000 hab.

1981 - Depois de nove anos de conflito, os colonos que invadiram o "P.I. 7 de setembro" foram retirados da área e reassentados em outros projetos do INCRA.

- A equipe da OPAN presente entre os índios Cinta Larga no município de Aripuanã encaminhou à Funai (Brasília e 8a. DR em Porto Velho) uma proposta de redelimitação da área. Até hoje não houve resposta e nem foram tomadas providências por parte da Funai.

- No dia 30 de novembro aconteceu um estranho incidente na fazenda Pontal. O topógrafo Milton e esposa foram mortos e, segundo informações ainda não bem esclarecidas, os autores do massacre teriam sido um grupo de índios Cinta Larga.

- A Funai consegue manter os primeiros contatos com um grupo de 25 índios Uru-Eu-Wau-Wau. Os índios trocam presentes, mas não abrem mão da área que ocupam.

- Os índios Uru-Pã-In defendem suas terras das investidas dos invasores, atacando colocações de seringueiros e colonos.

- O Governo do Território planeja a construção da rodovia BR-429 que ligará Presidente Médici a Costa Marques (fronteira com a Bolívia) e cortará a área ocupada pelos índios Uru-Pá-In.

- Conflito entre os índios Makurap, colonos que invadiram a área e capangas do pretense dono da área. A Funai entra na justiça em Brasília.

- Uma área de 330.580 ha. foi reconhecida como posse permanente do grupo indígena Nambikwara. Essa provocou a reação dos grandes grupos econômicos do Estado do Mato Grosso e dos fazendeiros que se instalaram no Vale do Guaporé. Eles se organizaram a fim de pressionar a Funai através do Ministério do Interior. O Pe. Iasi acompanhou a lenta agonia do povo Nambikwara. Ele fez cinco viagens ao Vale do Guaporé. Constatou a presença de canteiros de obras de uma das construtoras da estrada que teria se instalado a uns dez quilômetros da aldeia dos Wasusu. Grande aumento de doenças e incapacidade da Funai de um atendimento à altura da situação.

- Durante a VIa. Assembléia do CIMI-Regional Amazônia Ocidental foi tomada a decisão de dividir o Regional e criar o CIMI Rondônia para melhor atender os índios do Território. O novo Regional abrange, em termos de circunscrições eclesiásticas, as Dioceses de Porto Velho e Guajará-Mirim e a Prelazia de Ji-Paraná.

- O secretário nacional do CIMI e os coordenadores do CIMI Acre e Rondônia fizeram uma visita aos índios de Sagarana (Guajará Mirim) acompanhados pelo bispo D. Geraldo Verdier. Procuraram acertar algumas linhas de ação de acordo com as prioridades do CIMI.

- São criados os municípios de Colorado d'Oeste, Espigão d'Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto d'Oeste, Jarú e Costa Marques.

- O território de Rondônia passa a ser Estado de Rondônia.

- POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil). Decreto de aprovação nº 86.029/80, assinado no dia 27 de maio de 1981.

Os objetivos básicos são:

- a. Concorrer para a maior integração nacional;
- b. Promover a adequada ocupação demográfica da região-programa, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando empregos;
- c. Lograr o aumento significativo na produção e na renda de sua população;

d. Favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais;

e. Assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

Para isso as linhas básicas de atuação são:

1. Pavimentação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho);
2. Construção de estradas vicinais;
3. Colonização de novas áreas;
4. Regularização fundiária;
5. Desenvolvimento rural integrado e preservação do sistema ecológico.

Para o atendimento das comunidades indígenas, o Polonoroeste teria liberado a quantia de 30 milhões de dólares, financiadas pelo Banco Mundial (Bird).

1982 - Os CIMI regionais Acre e Rondônia se reúnem em Ji-Paraná para realizar a VIIa. Assembléia.

- Corre a notícia do massacre de 12 índios Cinta Larga do lado do rio Guariba. Pressionada, a Funai parece tomar providências, mas, junto com a Polícia Federal, nada fez senão encobrir o acontecido.

- O Governo do Novo Estado lançou seus ataques aos índios e defensores da causa indígena. Haveria muita terra para pouco índio e já que este não produz segundo as regras do capitalismo dependente, será necessário traçar um plano que vise a colonização das áreas indígenas.

O CIMI que já tinha transferido sua sede regional de Ji-Paraná para Porto Velho entrou na briga, acusando o Governador e sua política de ser a causa principal do extermínio dos povos indígenas da região.

- No mês de maio Apocena Meirelles, delegado da 8a. DR em Porto Velho, pediu ou foi obrigado a pedir demissão. Quem assumiu a delegacia um mês mais tarde foi Benamour Brandão Fontes.

- Sempre no mês de maio, com a Portaria nº 1215/E/82, foi criada oficialmente a área indígena RIO BRANCO para os índios Makurap. Acontece que a área não será mais a mesma. Para favorecer a colonização e a instalação de grandes fazendas em terras férteis, a área foi deslocada Rio Branco abaixo. Até hoje a área não foi demarcada.

- Atenção do Governo do Estado voltou-se única e exclusivamente para as eleições de novembro. Para fins políticos foi gasta uma boa parcela do dinheiro do Polonoroeste.

- Iniciou-se a pavimentação da BR-364. De nada serviram as pressões para que não fosse levado a efeito o desvio no Vale do Guaporé.

- Iniciou-se também a construção da Hidrelétrica de Samuel.

- Houve conflito entre fazendeiros e colonos que invadiram a área não demarcada dos índios Tubarão. Enquanto os colonos foram ameaçados e expulsos, os fazendeiros permaneceram na área.

- Vários foram os índios Pakaa-Nova e Makurap que votaram no dia 15 de novembro.

- Continuaram as invasões na área interdita dos índios Uru-Eu-Wau-Wau. O Governo do Estado, de olho nessa terra fértil, pressionou a Funai para que acelerasse o processo de atração. Periodicamente a Funai lança na imprensa notícias comunicando encontros amistosos com os índios.

- A Diocese de Guajará-Mirim celebrou os 20 anos da "pacificação" dos Pakaa-Nova e, para essa ocasião, foi elaborado um Boletim especial. Iniciou também a elaboração de uma cartilha na língua Pakaa-Nova.

1983 - Realizou-se em Porto Velho a VIIIª. Assembléia do CIMI regional reunindo agentes pastorais e missionários do Acre e de Rondônia.

- Aos poucos foi se estruturando uma nova equipe para um trabalho de levantamento de dados dos índios desconhecidos que se localizam na região entre os rios Juruena e Aripuanã. Já foram realizadas algumas viagens na tentativa de colher maiores informações.

- Uma índia Karitiana, Neide Moraes, denunciou funcionários da Funai de praticarem orgias sexuais na casa do índio, em Porto Velho. Foi aberta uma sindicância, mas até hoje a denúncia não deu em nada.

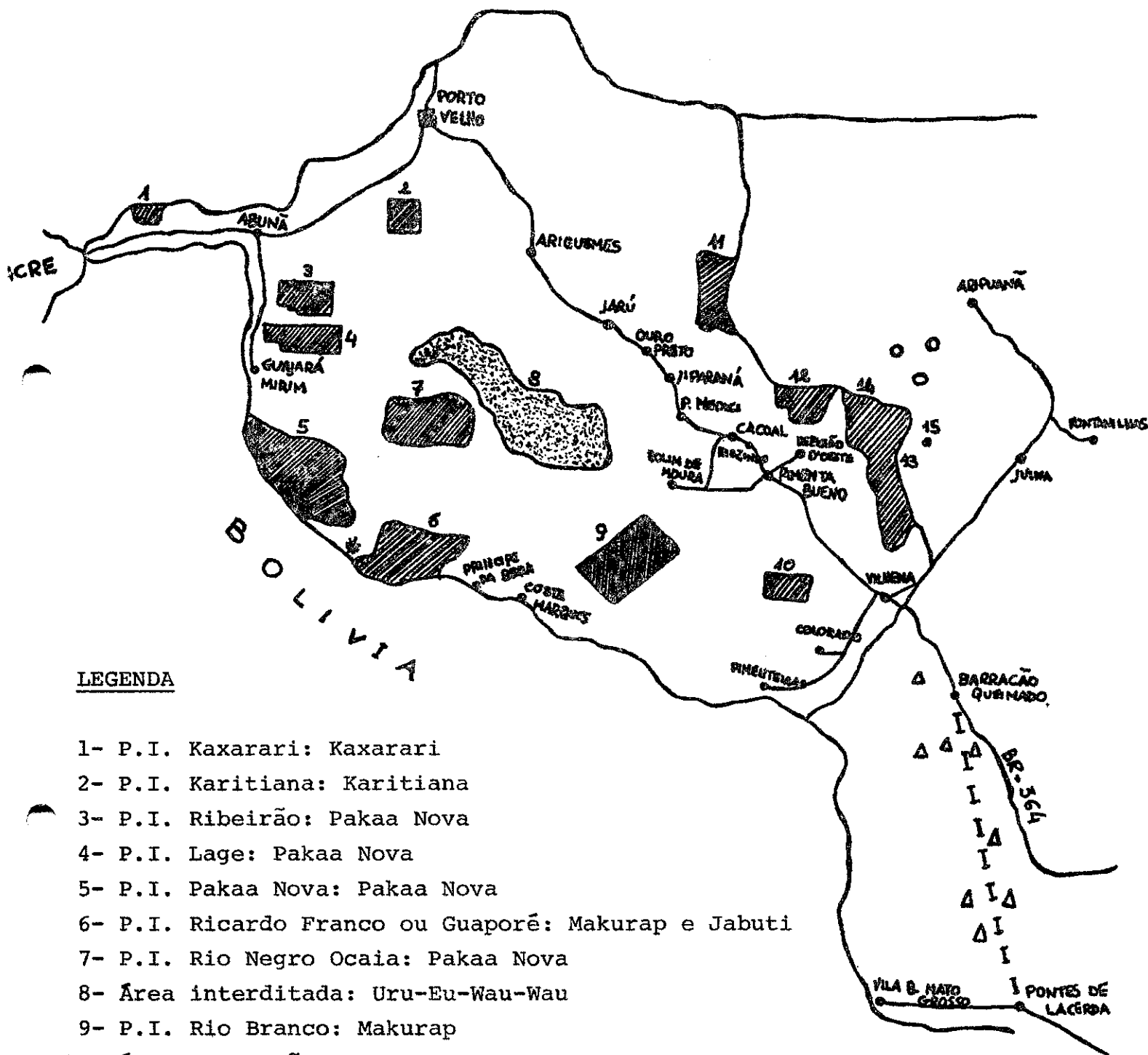
- O CIMI regional, em colaboração com a Pastoral da Juventude, organizou uma extensa campanha em Porto Velho por ocasião da Semana do Índio. A mobilização e conscientização vai dando seus frutos.

- Francisco de Assis, ex-diretor do Parque do Xingu, pessoa corrupta, foi nomeado diretor do Parque do Aripuanã com sede em Riozinho.

- No mês de maio realizou-se, em Ji-Paraná, a Ia. Assembléia regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

RONDÔNIA: ÁREAS INDÍGENAS

A M A Z O N A S



LEGENDA

- 1- P.I. Kaxarari: Kaxarari
- 2- P.I. Karitiana: Karitiana
- 3- P.I. Ribeirão: Pakaa Nova
- 4- P.I. Lage: Pakaa Nova
- 5- P.I. Pakaa Nova: Pakaa Nova
- 6- P.I. Ricardo Franco ou Guaporé: Makurap e Jabuti
- 7- P.I. Rio Negro Ocaia: Pakaa Nova
- 8- Área interditada: Uru-Eu-Wau-Wau
- 9- P.I. Rio Branco: Makurap
- 10- Índios Tubarão
- 11- P.I. Lourdes: Arara, Gavião e Zoró
- 12- P.I. 7 de Setembro: Suruí
- 13- Parque Aripuanã
- 14- P.I. Roosevelt: Cinta Larga
- 15- P.I. Serra Morena: Cinta Larga
- * Sagarana: Pakaa Nova
- ⊙ Aldeias Cinta Larga
- △ Aldeias Nambikwara

ANEXO I

ATIVIDADES PASTORAIS NAS ÁREAS INDÍGENAS DA PRELAZIA
DO XINGU (1982 - 83)

A partir das linhas Programáticas da V Assembléia Regional do CIMI Norte II e das linhas Pastorais da Prelazia do Xingu, fomos nos movendo nestas diretrizes.

1. APROFUNDAMENTO NO CONHECIMENTO DA LINGUA E DA CULTURA KAIAPÓ.

1.1- Em outubro Pe. Salvador e Pe. Renato passaram quinze dias na Aldeia Gorotire tendo como finalidade o estudo da língua.

1.2- Pe. Salvador participou em Itacoatiara (fevereiro de 83) de um curso de linguística organizado pelo CIMI Nacional.

1.3- Durante o ano todo foram gravadas notas históricas, contos míticos, danças e cantos e formas linguísticas Kaiapó.

1.4- Foi lançado o primeiro esboço de três cartilhas para o estudo da língua Kaiapó (1a. Kaiapó - Português; 2a. Português - Kaiapó; 3a. Gramática). Uso interno.

2. PASTORAL JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

2.1 - Visitas

2.1.1 Continuou-se a marcar presença nas aldeias Kaiapó do Município de São Félix do Xingú (SFX) - (Kikretum, Gorotire, Aukre, Kubenkrãkeis, Kokraimoro). Grande significado teve a visita de D. Erwin em Gorotire.

2.1.2 As Irmãzinhas de Jesus, depois de sua Assembleia decidiram continuar acompanhando a vida dos Assurini do P.I. Koatinemo. Tiveram visitas de D. Erwin, D. Tomás Balduino e das Superiores de sua Congregação.

2.1.3 Em março de 1983 Pe. Frederico Tschol volta aos índios reiniciando os contatos com os índios do P.I. Pakajá de língua e cultura Kaiapó.

2.1.4 Em maio de 1983 os padres Xaverianos Renato e Zezinho aproveitando da visita de desobriga dos Rios Iriri e Curuá visitaram as aldeias Kereraõ e Kandoka (Iriri) e Baú (Curuá). Estas aldeias pertencem ao Município de Altamira.

2.1.5 Ainda não foi possível ter um contato com os Araras da Transamazônica, os Araweté do Ipixuna e os Kaiapó do Mekrãnotire.

Nota: Em novembro de 1982 Pe. Antonio Lukesch visita os Araweté (um mês) e os Assurini (alguns dias).

2.2 - PRESENÇA

2.2.1 A nossa presença visou sobretudo criar um maior conhecimento recíproco entre as várias aldeias Kaiapó.

- gravações de mensagens entre parentes e entre caciques.
- gravações e escuta de cantos e danças de outras aldeias.
- projeções de slides apresentando a vida de várias aldeias Kaiapó.

Destacamos uma série de slides ("Nós, os Kaiapó"), com comentário bilingue realizado na aldeia Gorotire. Este trabalho está a disposição no CIMI Norte II em Belém.

2.2.2 Foi nossa preocupação estimular contatos e encontros entre as lideranças das cinco aldeias da área de SFX. Assuntos tratados a nível de aldeia e de Assembléia.

- demarcação das terras (Os Gorotire chegaram a um acordo com o representante da Fazenda Rio Dourado, ao sul da Reserva, no que diz respeito a demarcação de terra).

- Contestação e protesto a respeito da poluição das águas do Igarapé Ponte e Rio Fresco, causada pela exploração do Garimpo Cumarú.

NOTA: com satisfação vimos o assunto levado ao conhecimento do público pelos próprios índios (Liberal- 15/6/83)

- Cobrança de uma porcentagem dos lucros dos garimpos Cumarú (Gorotire) e Rio Branco (Kikretum) repartida entre as cinco aldeias da reserva Kaiapó.

- Debate com as lideranças Gorotire e Kikretum sobre o melindroso problema da presença dos garimpos com as fatais consequências de destribalização e desaculturação.

3. PASTORAL JUNTO À SOCIEDADE ENVOLVENTE

3.1 Acolhida

3.1.1 Em Altamira como em S. Felix do Xingú procuramos fazer das nossas casas centros de apoio e de encontro para qualquer índio. Particular atenção mereceram os índios doentes.

3.2- Subsídios

3.2.1 Colocamos à disposição da Prelazia, das Comunidades e das Escolas todo o material que recebemos do CIMI Regional e Nacional (slides, mapas, apostilas, cartazes etc.)

3.3- Semana do Índio

3.3.1 Foi celebrada na Comunidade Paroquial, nas Escolas (apresentação da problemática, dramatização, concurso de cartazes) e na Rádio Local com uma entrevista na Voz do Pastor.

Observações: O povo em geral do Xingú aceita com dificuldade a presença dos Índios na área. Aqui também o índio é um quisito. Esta atitude de recusa não é somente uma consequência dos conflitos entre Índios e seringueiros, mas é a opinião pública contrária ao Índio e a sua cultura que determinou tudo isso.

- O "ouro" dos garimpos faz com que a situação se torne cada vez mais complexa. A cobiça dos bens de consumo, outrora desconhecida, prejudica a vida da aldeia.

Fonte de perplexidade e a interferência de Governo-Funai exercito, Firmas de Mineração, garimpeiros.

Os próprios Índios, fascinados pelo lucro fácil, abandonam a roça, a caça, a pesca e as formas de vida tribal.

4. O QUE FAZER?

4.1 Sendo que, ao presente, estamos em contato com:

8 aldeias Kaiapó (Renato e Salvador)

1 aldeia Kaiapó do Pakajá (Pe. Frederico)

1 aldeia Assurini (Irmãzinhas). Ainda não temos contato até o presente com:

- Os Araweté (Ipixuna)

- os Araras (Transamazônica)

- os Mekranoti (Pitiatã e Sabugi)

- os Parakanã em via de atração (Rio Xingu)

Sendo grave a situação dos Kaiapó da área de SFX, por causa dos perigos de destribalização, doenças, invasão de terras, QUAL A RESPOSTA CONCRETA A TUDO ISSO?

4.2 A equipe de SFX pretende construir e reforçar um " Centro de Acolhida dos Índios" em S. Félix do Xingú. Esta proposta continua válida?

4.3 Por que não pensar num pequeno "Centro Cultural Indígena" na cidade de Altamira?

4.4 Há necessidade de uma coordenação da Pastoral Indígena a nível de Prelazia? como estruturá-la?

O QUE FAZER PARA CONSCIENTIZAR AS COMUNIDADES AONDE NÃO ACEITEM ÍNDIOS?